



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

HELEN TALITA SANTOS NUNES

**A “solidariedade” neoliberal e o Estado brasileiro pós-1990:
Um estudo do Programa Mesa Brasil do SESC/Distrito Federal.**

Brasília – DF

2011

HELEN TALITA SANTOS NUNES

**A “solidariedade” neoliberal e o Estado brasileiro pós-1990:
Um estudo do Programa Mesa Brasil do SESC/Distrito Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Ms^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Brasília – DF
2011

HELEN TALITA SANTOS NUNES

**A “solidariedade” neoliberal e o Estado brasileiro pós-1990:
Um estudo do Programa Mesa Brasil do SESC/Distrito Federal**

Monografia apresentada ao Departamento de
Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social.

Monografia aprovada em ____/____/2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ms^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof^a Ms^a Liliam dos Reis Souza Santos
Universidade de Brasília
(Membro interno)

Prof^a Ms^a Marcela Soares Silva
Universidade de Brasília
(Membro interno)

Dedico

À minha mãe Solene,
exigência de dedicação aos estudos
e revisora oficial deste trabalho.

Ao meu namorado Marcos,
grande incentivador deste trabalho
e apoio constante, paciente e amoroso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, por ter me iluminado, colocado as pessoas certas no meu caminho e ter feito bem todas as coisas na minha história.

Aos meus pais, William e Solene, por terem sido o meu porto seguro, por terem acreditado em mim, sido compreensivos e me oferecido as condições para que eu chegasse até aqui e alcançasse esta vitória. Agradeço também a minha avó, Maria, por suas orações diárias e silenciosas pela concretização deste trabalho. Sempre terei um coração agradecido a vocês!

Ao meu namorado, Marcos, por todo o amor, carinho e paciência dedicados a mim especialmente nos últimos meses e por ter vivido junto comigo todas as minhas inquietações, angústias e alegrias. Obrigada por não ser apenas meu namorado, mas também meu melhor amigo, companheiro, conselheiro.

A todos os professores do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, pelo conhecimento transmitido e pela contribuição de cada um para o meu crescimento profissional. De maneira especial, agradeço à minha orientadora, Mestre Janaína Duarte, por todo o amparo, dedicação, competência, doação e exemplo de profissional que um dia quero ser. Obrigada por ter sido muito mais que uma professora e sim uma verdadeira amiga. Na verdade, saiba que a considero parte de minha família!

Às assistentes sociais, professora Doutora Carolina Santos, Marlete Sales, Débora Guimarães e Mestres Mônica Sbabo e Cristina Viana por todas as ricas supervisões de estágio, pela importantíssima contribuição de cada uma no meu processo de amadurecimento profissional. Durante esta minha trajetória que se inicia agora com o fim da graduação, sempre me lembrarei de todas vocês!

Não posso deixar de agradecer à minha comunidade neocatecumenal e a todos os meus amigos pelo apoio, torcida, confiança e palavras de conforto. De forma especial agradeço à minha amiga Lia, que mesmo à distância, acompanhou intensamente todo o processo de realização desta pesquisa e me deu força nos momentos em que estive fraca.

Agradeço também a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

*Correndo o risco de parecer ridículo,
deixem-me dizer-lhes que o verdadeiro revolucionário
é guiado por grandes sentimentos de amor.*

(Che Guevara)

RESUMO

O presente estudo trata da solidariedade e do voluntariado na atualidade, a fim de problematizar como tais temáticas são apropriadas pelo sistema capitalista sob o regime neoliberal, especialmente a partir da lógica da contrarreforma do Estado que transfere responsabilidades estatais, em relação a políticas públicas, para o “terceiro setor”. Para compreender como a lógica desta “solidariedade” tem sido apreendida pelo “terceiro setor”, estudou-se o Programa Mesa Brasil da instituição Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (SESC/DF). Assim, este trabalho teve como objeto de estudo a funcionalidade da “solidariedade” neoliberal e sua concretização no “terceiro setor” – especialmente no Programa Mesa Brasil – como solução para responder as expressões da questão social e também para colaborar com a desresponsabilização do Estado. Por meio de um estudo qualitativo, utilizou-se o método dialético para realizar pesquisa bibliográfica voltada para produções críticas do Serviço Social e também pesquisa documental no Programa Mesa Brasil. Alguns resultados puderam ser apontados: a) o sistema capitalista tem dado uma direção política a seu favor em relação à solidariedade e ao voluntariado, propagando a ideia de um Estado ineficiente, um mercado que só busca o lucro e uma sociedade civil – confundida propositalmente com “terceiro setor” – solidária e capaz de resolver os problemas sociais; b) o Mesa Brasil é uma ação de “responsabilidade social” do SESC/DF que contribui com a tendência de manutenção do consenso e fortalecimento da hegemonia do capital.

Palavras Chave: Solidariedade. Voluntariado. Contrarreforma. “Terceiro Setor”.

LISTA DE SIGLAS

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CONCLAP – Conferência das Classes Produtoras

DF – Distrito Federal

EUA – Estados Unidos da América

GDF – Governo do Distrito Federal

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

ONG – Organização Não-Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

PDRE-Mare – Plano Diretor de Reforma do Estado do Ministério da Administração e Reforma do Estado

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comércio

SESC – Serviço Social do Comércio

SESC/DF – Serviço Social do Comércio do Distrito Federal

SESI – Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A SOLIDARIEDADE NO SISTEMA CAPITALISTA.....	16
1.1 A SOLIDARIEDADE E O <i>WELFARE STATE</i>	17
1.2 O DECLÍNIO DO ESTADO DE BEM-ESTAR E O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO.....	23
1.3 E NO BRASIL?.....	26
CAPÍTULO 2 – A LÓGICA DA “SOLIDARIEDADE” NEOLIBERAL E O ESTADO BRASILEIRO PÓS 1990.....	30
2.1 A CONTRARREFORMA DO ESTADO.....	30
2.2 SOCIEDADE CIVIL E TERCEIRO SETOR: UMA IMPRECISÃO PERIGOSA.....	35
2.3 A “SOLIDARIEDADE” COMO MEIO DE REFILANTROPIZAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	40
CAPÍTULO 3 – EMPRESA CIDADÃ E “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: UM ESTUDO DO PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC/DISTRITO FEDERAL.....	45
3.1 A TRAJETÓRIA DO SESC INSERIDA NA LÓGICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	45
3.2 A FUNCIONALIDADE DO PROGRAMA MESA BRASIL PARA A DESRESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL.....	52
3.3 O MESA BRASIL E O VOLUNTARIADO.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

INTRODUÇÃO

A solidariedade é conhecida em todo o mundo como uma certa capacidade de sentir-se próximo do outro, de penalizar-se diante do sofrimento de seus semelhantes. Por ser algo, tomado na atualidade, como pessoal e subjetivo, pode ser utilizado tanto como uma estratégia de resistência da classe trabalhadora e de enfrentamento às ameaças à violação dos direitos humanos e sociais; como também pode ser manipulado para fins que interessem ao modo de produção capitalista.

O processo de reestruturação do capital, ocorrido a partir da década de 1970 por meio da ofensiva neoliberal, determina que as necessidades sociais sejam respondidas no âmbito do mercado. Aqueles que não podem arcar com tais despesas ficam a mercê da “solidariedade”¹ dos que podem, por meio da caridade, ajuda mútua, compaixão, amor ao próximo. Ou seja, ficam presos ao paternalismo, ao clientelismo e ao assistencialismo.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas por processos históricos distintos: redemocratização e contrarreforma² do Estado. Tal conjuntura transforma a solidariedade coletiva (presente na Constituição Federal de 1988 por meio da universalidade e equidade de direitos), em uma “solidariedade” interclasses que desresponsabiliza o Estado e oculta a luta de classes.

Nesse contexto, emergem novos protagonistas no trato da questão social³: o “terceiro setor”⁴, constituído principalmente por instituições sociais das mais diversas formas de atendimento. Nesta dinâmica, destaca-se o Serviço Social do Comércio – SESC, uma empresa privada, mantida pelo empresariado do setor do comércio, porém sem fins lucrativos. E no SESC, ganha visibilidade o Programa Mesa Brasil, cujo objetivo é o combate à fome e o desperdício de alimentos, tendo como cerne a “solidariedade” (MESA BRASIL SESC, 2008a).

¹ O termo solidariedade será apresentado entre aspas quando se referir à “solidariedade” neoliberal, que distorce o sentido da solidariedade como sinônimo de igualdade e universalidade, inerente à classe trabalhadora.

² Esta temática será estudada no capítulo 2.

³ A categoria questão social será tratada no capítulo 2.

⁴ Utilizaremos a expressão entre aspas ao longo deste estudo significando que não o apreendemos com setor, mas como um padrão de resposta, uma nova modalidade de trato da questão social no atual processo de reestruturação do capital.

Tendo isto em vista, a presente pesquisa teve como **objeto de estudo** a funcionalidade⁵ da “solidariedade” neoliberal e sua concretização no “terceiro setor” – especialmente a partir do SESC e do seu Programa Mesa Brasil – como solução para responder as expressões da questão social, contribuindo com o processo de desresponsabilização do Estado. Assim, questionamos: como o Terceiro Setor, particularmente o SESC e o Programa Mesa Brasil tem se apropriado da temática da solidariedade na conjuntura capitalista atual em direção a alteração do padrão de enfrentamento da questão social?

Este estudo partiu da hipótese de que o Programa Mesa Brasil do SESC/DF apresenta em seu discurso formal a universalização dos direitos e o combate à exclusão social. Porém, sua prática se dá por meio de ações pontuais e fragmentadas, estando assim voltada para o fortalecimento do projeto neoliberal, por meio da colaboração com a transferência da responsabilidade estatal para o “terceiro setor”.

Cabe explicitar que o interesse pela temática do “terceiro setor” surgiu a partir da experiência de estágio vivenciada no já mencionado Programa Mesa Brasil do SESC/DF durante o primeiro semestre de 2010. Já a temática da solidariedade sempre chamou nossa atenção a partir da inserção pessoal em movimentos religiosos. Com o decorrer do curso de graduação em Serviço Social, as leituras que demonstravam a conexão entre estes dois temas – “terceiro setor” e solidariedade – despertaram o anseio por sua problematização.

É necessário frisar que, mesmo apresentando uma visão crítica acerca da solidariedade e do voluntariado, não é objetivo deste trabalho negar a importância de tais temáticas. Pelo contrário,

Imaginar uma sociedade onde os indivíduos desenvolvem atividades voluntárias em prol de uma causa comum baseadas nos princípios de igualdade e justiça, estabelecendo assim uma cultura do voluntariado é, sem dúvida, um objetivo a ser traçado por todos aqueles que buscam a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração do homem pelo homem (BONFIM, 2010, p. 9).

Nossa proposta é desvendar qual o significado da “solidariedade” neoliberal na sociedade atual para propor a defesa de uma solidariedade que tenha como pressuposto

⁵ Neste trabalho, entende-se funcionalidade com o sentido de utilidade que o novo sentido dado à solidariedade adquire na atual conjuntura capitalista.

a verdadeira igualdade, que é desejável e necessária para a construção de uma nova sociabilidade.

Assim, delimitamos como **objetivo geral** desta pesquisa: problematizar qual o sentido da solidariedade difundida no contexto da contrarreforma do Estado e como esta temática tem sido apreendida pelo “terceiro setor”, especificamente pelo Programa Mesa Brasil do SESC/Distrito Federal.

E como **objetivos específicos**:

- Apreender a dinâmica societária atual responsável pela promoção da “cultura do voluntariado”⁶;
- Desvendar como a categoria sociedade civil tem se confundido propositalmente com o “terceiro setor”, sendo apresentada como um terreno de “solidariedade” e voluntariado; e
- Problematizar a funcionalidade de instituições como o SESC e seu Programa Mesa Brasil para a desresponsabilização estatal a partir da lógica da “responsabilidade social”⁷.

Para atender a esses objetivos, o presente estudo foi concretizado por meio de uma pesquisa social, já que esta é caracterizada como constituir-se de estudos voltados para os problemas sociais, visando reconhecer suas causas e propor respostas ou estratégias de intervenção para superá-los (GROULX, 2008).

Para este trabalho, é essencial compreender como o discurso da solidariedade tem sido apropriado pelo Estado brasileiro após a década de 1990. Assim, a abordagem escolhida para a realização desta pesquisa social é a qualitativa, pois ela permite um aprofundamento maior no universo dos significados das ações humanas (MINAYO, 2004). Além disso, é atribuído à pesquisa qualitativa a função de esclarecer, no sentido de contribuir para o debate democrático, ampliando a diversidade de perspectivas (GROULX, 2008).

Dessa maneira, pode-se inferir que o método dialético conduzirá a desmistificação para compreender este fenômeno. Segundo Lima e Miotto (2007), tal método guia o pesquisador a trabalhar levando em consideração a contradição e o conflito; a totalidade a unidade dos contrários. Ainda segundo as autoras, o método

⁶ Termo utilizado por (2010).

⁷ O termo “responsabilidade social” também aparecerá entre aspas devido a sua imprecisão conceitual, que gera uma polissemia de sentidos.

dialético implica numa constante revisão e reflexão crítica e totalizante, objetivando chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas.

De acordo com Netto (2009), esta crítica consiste em trazer o conhecimento acumulado acerca do fenômeno para a análise racional, tornando consciente os seus fundamentos, condicionantes e limites, ao mesmo tempo em que se verifica esse conhecimento a partir dos processos históricos reais.

Os instrumentos utilizados para a concretização deste estudo foram: pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de artigos, monografias, dissertações, teses de orientação crítica, dentre outras produções voltadas para a análise da solidariedade na atual conjuntura capitalista. Segundo Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica é utilizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo efetivamente para a análise dos dados obtidos, infundindo nesses dados a compreensão crítica do significado neles existente.

Já a pesquisa documental foi realizada por meio de documentos institucionais do SESC e do Programa Mesa Brasil. Os documentos do SESC foram: Diretrizes Gerais de Ação do SESC dos anos de 2003 e 2010, além do livro lançado em 1997, em comemoração ao aniversário do SESC, do autor Ignácio de Loyola Brandão, intitulado SESC: 50 anos. Os documentos do Programa foram: Mesa Brasil SESC São Paulo: 10 anos, publicado em 2006; o Plano de Ação do Triênio 2008/2010, publicado em 2008; dois manuais: o de Procedimentos e Gestão do Voluntariado e o Manual do Voluntário, ambos publicados em 2008. O objetivo da análise desses documentos é conhecer a lógica que está embutida nas ações que fundamentam o direcionamento do Programa. Como afirma Combessie (2004), a coleta de material documental pode ser considerada um ponto essencial de muitas pesquisas, pois estas fontes documentais podem fornecer simultaneamente informações complementares e uma diversificação de esclarecimentos.

A partir da vivência de estágio no Programa pesquisado, foi possível conhecer suas possibilidades e limites, assim como também possibilitou a criação de laços com os profissionais que lá trabalham, tornando possível e tranquilo o acesso aos documentos do Programa. Dessa forma, foi viável realizar uma coleta documental ao mesmo tempo ética e ampla. Também houve uma preocupação ética em não realizar críticas a

determinados profissionais de instituições específicas, mas sim de efetuar uma problematização acerca da atual conjuntura de redução de direitos.

Após a análise documental, foi possível verificar um grande amadurecimento na capacidade de análise das contradições da atual conjuntura, pois permitiu compreender fatos que antes – durante o período de estágio – passavam despercebidos, já que na época não se tinha tamanha base teórica a respeito do movimento do sistema capitalista em que se insere o “terceiro setor”. Foi como se, a partir daquele momento, todas as “peças” fizessem sentido e se encaixassem perfeitamente. Relembrar a dinâmica dos profissionais e dos estagiários de Serviço Social (incluindo a nossa), inseridos neste espaço sócio-ocupacional, foi um rico processo que permitiu identificar os frutos imediatos que este Trabalho de Conclusão de Curso trouxe para nós.

Nesta direção, o trabalho se baseou em dois **eixos temáticos**: a) a apropriação da temática da solidariedade pelo capitalismo, passando pelos regimes de *Welfare State* e o neoliberalismo; b) conjuntura neoliberal brasileira e sua concretização por meio da contrarreforma do Estado; e c) a funcionalidade do “terceiro setor”, e especificamente do SESC e seu Programa Mesa Brasil, na direção da alteração do padrão de enfrentamento da questão social, envolto pela temática da solidariedade.

Finalmente, para a exposição desta pesquisa, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está disposto em três capítulos e considerações finais:

- O primeiro capítulo faz uma análise da “solidariedade” orientada pelo sistema capitalista, partindo de como a temática foi apropriada a partir do Estado de Bem-Estar Social até a crise do capital iniciada na década de 1970; além da reestruturação produtiva do capital de ordem neoliberal;
- O segundo capítulo problematiza a atual conjuntura de contrarreforma do Estado, focando na transferência de responsabilidades estatais para o “terceiro setor” oficializada pelo Programa de Publicização contida no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Também discutirá a apropriação tendenciosa da categoria sociedade civil e como todo este movimento do capital incentiva o desenvolvimento e a propagação da “solidariedade” neoliberal que refilantropiza a questão social;
- O terceiro capítulo estuda o Programa Mesa Brasil do SESC/DF, começando com uma análise da origem e trajetória do SESC evidenciando sua inserção na lógica da “responsabilidade social”. Em seguida, verifica a funcionalidade do

Programa Mesa Brasil para a desresponsabilização estatal, como um exemplo concreto da “solidariedade” reatualizando as respostas perante a questão social;

- Nas considerações finais, são sistematizadas as principais reflexões deste trabalho com o intuito de contribuir para uma análise crítica das relações sociais.

O Serviço Social é uma profissão que intervém diretamente no processo de enfrentamento da questão social. Portanto, o assistente social sofre os impactos da lógica do “terceiro setor” na conjuntura de retrocesso dos direitos sociais. Com isso, é intuito também deste trabalho contribuir e colaborar com a resistência à lógica dominante imposta aos profissionais, especialmente aos inseridos em espaços sócio-ocupacionais do “terceiro setor”, para que não deixem que o projeto institucional do seu local de trabalho se torne o seu projeto profissional.

1 A SOLIDARIEDADE NO SISTEMA CAPITALISTA

O termo solidariedade tem sido utilizado a todo o momento por pessoas das mais diversas opiniões e de visões de mundo completamente distintas. Pode-se dizer que é incomum encontrar quem discorde ou se oponha a tal termo. Porém, surge um questionamento: o que entendemos por solidariedade atualmente? Será que possui o mesmo conceito para todos, indistintamente?

Segundo o dicionário Larousse Cultural, significa: “1. Qualidade de solidário. 2. Dependência mútua entre os homens. 3. *Sentimento que leva os homens a se auxiliarem mutuamente*” (1992, p. 1045, grifos nossos).

É possível verificar que facilmente associa-se solidariedade a princípios cristãos como compaixão, amor ao próximo, caridade, ajuda mútua, piedade, dentre outros. A Igreja Católica – em um de seus documentos mais importantes e difundidos, o Catecismo – se propõe a definir solidariedade como uma sensibilidade que faz com que todos os homens se vejam como irmãos e compartilhem os sofrimentos uns dos outros, não dando lugar a um egoísmo que busque apenas seus próprios interesses (VATICANO, 2000).

Porém, a solidariedade pode assumir diferentes significados dependendo do contexto histórico em que é analisada, podendo remeter-se a diferentes projetos societários em disputa. Como consequência, pensar na solidariedade exige situá-la historicamente.

Não é objetivo deste trabalho, analisar os significados que o termo adquiriu em todos os momentos da história da humanidade, mas entender como ele se adéqua a fase atual de reestruturação do capital.

Desde o princípio e também ao longo do desenvolvimento capitalista, a solidariedade cristã foi utilizada como meio de justificar as relações desiguais da sociedade burguesa. Havia uma naturalização da pobreza, que propagava a imagem de que “o mundo é assim mesmo, sempre foi e sempre será”, como se aqueles que passam por dificuldades fossem vítimas do destino. Enquanto isso, a polarização entre ricos e pobres era cada vez maior.

Segundo Netto (2001), os pauperizados⁸ não se conformaram com a situação e, da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou diversas formas, configurando uma ameaça real às instituições capitalistas.

Neste período, do capitalismo concorrencial, a intervenção do Estado sobre as desigualdades sociais variava de ações repressoras e hostis a ações caridosas e assistencialistas⁹ (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Já na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, há uma alteração significativa na dinâmica social burguesa: o Estado opta por ceder a algumas demandas da classe trabalhadora por meio de políticas sociais. Porém, mais tarde com o advento do neoliberalismo, os trabalhadores sofrem perdas lastimáveis em seus direitos.

O presente capítulo aborda como a solidariedade é tratada no período monopolista, especificamente no *Welfare State* – embasando a noção de universalidade de direitos. Será explicado também como a crise dos anos 1970 e a ascensão do neoliberalismo mudou radicalmente o significado da solidariedade. Este é o nosso foco. A reestruturação do capital faz com que a solidariedade que antes significava equidade e universalidade de direitos, agora passa a ser sinônimo de mera ajuda aos pobres e ainda mais: colaboração entre classes.

O pretexto estratégico que foi utilizado como saída para a crise é que o gasto com as políticas sociais gerou uma crise no Estado. Mas, na verdade, o que está em crise é o capital. É assim que começaremos este capítulo.

1.1 A Solidariedade e o *Welfare State*

Se pararmos para analisar a história do capitalismo, identificaremos que, de tempos em tempos, é noticiado na mídia que está ocorrendo alguma crise financeira mundial e que suas repercussões atingirão a todos.

O sistema capitalista é fundamentado em crises. Elas não acontecem ao acaso ou por uma excepcionalidade: nunca existiu, não existe e nunca existirá capitalismo sem crise. Netto e Braz (2006, p.166) explicam que:

⁸ No último quartel do século XVIII, a história da Europa Ocidental experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra. Nesse período, ocorreu um empobrecimento massivo da população trabalhadora. Tratava-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001).

⁹ Mesmo que por ações caritativas, o Estado começa a constatar que apenas a caridade cristã das igrejas não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir, já que o tamanho da pobreza existente era maior do que qualquer esforço privado de querer contorná-la (PEREIRA, 2008).

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de **crises econômicas** – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *catorze vezes* acompanhadas por crises. [...] Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente *instável*, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria (grifos dos autores).

As crises acontecem essencialmente porque a estrutura do modo de produção capitalista gera desequilíbrio de interesses e de necessidades entre as classes sociais que o constituem: trabalhadores e burguesia. Como afirma Duarte (2007, p. 23), “o capitalismo contém em si o germe da crise” já que a dissonância entre produção social coletiva e sua apropriação privada por uma minoria privilegiada provoca mecanismos de dominação e exploração de uma classe sobre a outra. Este processo desemboca no subconsumo das massas proletárias, sendo que o consumo dessas massas é condição vital da reprodução de todas as sociedades capitalistas. A explicação marxiana do processo que leva à crise é descrita por Iasi (2009, p.29), quando diz:

O ciclo acelerado de produção e reprodução ampliada do capital acaba provocando uma superacumulação de capitais, ou seja, o capital se acumula nas diferentes formas que assume no ciclo de sua vida como valorização do valor. Concentra-se na forma dinheiro, em meios de produção comprados e dispostos em processos de trabalho, como força de trabalho, como processo de produção em funcionamento, como mercadorias produzidas, como mercadorias vendidas e, novamente como dinheiro acrescido da mais valia. O novo dinheiro resultante não tem como voltar ao ciclo produtivo, não apenas pela super acumulação e super produção que daí resultam, mas principalmente porque a cada ciclo não tem mais como fazê-lo mantendo as mesmas taxas de lucro.

É importante ter consciência de que o capital não se interessa em acabar para sempre com estas crises cíclicas. Isto não convém, porque “ele se move e cresce a partir delas, mesmo que seus ideólogos digam o contrário” (RAMOS, 2009, p.60). E por quê? Porque a partir da quebra das fábricas, destroem-se os meios de produção, as mercadorias e a força de trabalho em ampla escala. Dessa forma, abre-se caminho para o retorno do crescimento das taxas de lucro, recuperando a capacidade de valorização que alimenta a acumulação. Assim, apesar de nem sempre serem benéficas para o

próprio capital, as crises cíclicas e periódicas têm função importantíssima no metabolismo do capital (IASI, 2009).

Para que o ciclo econômico do capitalismo prossiga após cada crise e volte a obter elevadas taxas de acumulação, tal sistema busca formas de se reorganizar.

A primeira grande crise, a depressão de 1929, causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas na produção industrial, nos preços de ações e em praticamente toda a atividade econômica de vários países do mundo, o que agravou a situação econômica global e redundou na Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o capital percebeu que seria insustentável vivenciar outra crise com as dimensões daquela, pois apesar de muitos limites, a experiência socialista estava se consolidando na União Soviética. Assim, as soluções encontradas como saída para tal crise se deram no sentido de reativar o emprego e o consumo (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Pereira (2008) explica que, a contínua luta dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de trabalho e existência favoreceu a expansão da cidadania das esferas civil e política para a social, requerendo políticas sociais¹⁰ como direitos devidos. Além disso, a economia capitalista estava atolada numa depressão e instabilidade, precisando encontrar uma “tábua de salvação”. Deste modo, por uma questão de sobrevivência do capitalismo, o Estado transita de liberal nos anos 1940 para um Estado de Bem-Estar Social (cujo cerne é uma solidariedade que identifica o Estado como um agente assegurado de direitos e provedor das necessidades sociais). Nessa perspectiva, o *Welfare State* não seria propriamente um Estado, mas um tipo histórico de sociedade que reordenaria as funções estatais.

Ainda segundo Pereira (ibidem, p. 90), o *Welfare State* guiou-se por três marcos orientadores que combinados formam o que a autora chama de “Paradigma dominante de Estado de bem-estar”, a saber: o pacto keynesiano de regulação econômica e social; as postulações do relatório Beveridge sobre a Seguridade Social; e a formulação da teoria trifacetada de T.H. Marshall. Os três serão sucintamente apresentados e por meio deles será possível verificar que no *Welfare State*, a

¹⁰ Interessante notar que, conforme afirma Pereira (2008, p. 86), a política social não é apenas um mecanismo de regulação, mas sim um processo dinâmico resultante da luta de classes. Assim, “dependendo dos regimes políticos prevalentes, da organização das classes dominadas e dos paradigmas teóricos em vigência”, a política social “tem se colocado – como mostra a história – a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela”.

solidariedade baseada em valores cristãos é substituída por uma solidariedade universal que se expressa na universalidade de direitos.

De acordo com Behring e Bochetti (2006), John Maynard Keynes, redigiu seu clássico *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* em 1936, apresentando-se a favor de uma intervenção estatal como saída para a crise, com o objetivo de reativar a produção. Segundo as autoras,

Tal intervenção estatal, para fugir da armadilha recessiva provocada pelas decisões dos agentes econômicos individuais, com destaque para o empresariado, tinha em perspectiva um programa fundado em *dois pilares: pleno emprego e maior igualdade social*, o que poderia ser alcançado por duas vias a partir da ação estatal:

1. Gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada;
2. Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais. (ibidem, p. 86, grifos nossos).

Assim era o pacto keynesiano¹¹, que defendia a interferência estatal e opunha-se à economia liberal clássica, porém sem questionar os fundamentos e as contradições internas do modo de produção capitalista.

Ancorado neste pacto, William Beveridge coordenou um comitê que elaborou o Relatório ou Informe Beveridge sobre o Seguro Social e Serviços Afins. O Sistema de Seguridade Social baseado em tal relatório inovou por ser nacional e unificado e conter um eixo distributivo, ao lado do contributivo. A partir dele foram criadas leis que previam auxílio doença e desemprego; pensão aos aposentados; auxílio-maternidade, viuvez e funeral, dentre outros. Também foi criado um Sistema Nacional de Saúde não-contributivo e universal (PEREIRA, 2008).

Já o sociólogo T. H. Marshall elaborou uma teoria trifacetada que incluiu na categoria dos direitos de cidadania os serviços sociais públicos, encarregando ao *Welfare State* o seu provimento e garantia. Para ele, a cidadania compunha-se de três grupos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. Estes últimos diferenciam-se por

¹¹ Sabe-se que ao keynesianismo acrescentou-se o pacto fordista, visando a produção em massa para o consumo em massa e acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista com o objetivo de aumentar os ganhos de produtividade (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). De acordo com Antunes (2009), o fordismo estruturava-se num trabalho fragmentado e parcelar, em que as tarefas eram decompostas, reduzindo a ação operária a um conjunto de atividades repetitivas e mecânicas. Tudo isso com o objetivo de suprimir a dimensão intelectual do trabalho operário.

possuir uma postura afirmativa em relação à ingerência do Estado, enquanto os civis e políticos negam essa ingerência em nome das liberdades privadas (ibidem).

Importante pontuar que todos esses três pilares do *Welfare State* possuem pontos contraditórios e incompatíveis, mas que não é objetivo deste trabalho detalhá-los. Apenas cabe-nos esclarecer que tais pontos conflitantes se dão por um simples motivo: a finalidade do Estado de Bem-Estar não era gerar uma nova forma de sociabilidade, mas reestruturar o capitalismo, ou seja, neste momento histórico, era necessário conter a classe trabalhadora e aumentar os índices de lucratividade e produtividade.

Behring e Boschetti (2006, p. 94) bem apontam os três princípios que norteiam esse Estado de Bem-Estar Social:

1. Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2. universalidade dos serviços sociais e 3. implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social.

Baseando-se em tais princípios, Viana (1998) afirma que há um clima de solidariedade presente no *Welfare State*, pois nele “a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades (p. 11)”. Ou seja: sabemos que no capitalismo, muitos cidadãos estão sujeitos – e fadados pelo sistema – a não conseguir prover seu sustento, caindo na miséria. Dessa forma, o Estado passa a se responsabilizar por ele, já que suas necessidades sociais já não são meramente individuais e sim, responsabilidade pública. Isso significa que: o Estado de Bem-Estar assume a proteção social como direito de todos. Portanto, a solidariedade aqui apresentada é aquela que promove a democracia a partir do reconhecimento da universalidade dos direitos sociais.

Cabe ressaltar que o *Welfare State* não foi implementado de maneira uniforme ou homogênea, sendo possível identificar diferentes regimes conforme o contexto histórico de cada país. Para realizar tais classificações, torna-se indispensável citar Esping-Andersen (1991), por sua grande influência no debate. Para o autor, não é

possível fazer uma classificação de forma absolutamente linear, mas sim um agrupamento a partir de suas características.

Primeiramente o autor apresenta um *Welfare State liberal* dominante nos EUA, Austrália, Canadá, etc. em que predomina a assistência aos comprovadamente pobres e prevalece um modesto plano de previdência social. De acordo com Esping-Andersen (1991, p. 108),

Neste modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho: aqui os limites do bem-estar social equiparam-se à propensão marginal à opção pelos benefícios sociais em lugar do trabalho. As regras para a habilitação aos benefícios são, portanto estritas e muitas vezes associadas ao estigma; os benefícios são tipicamente modestos.

Um segundo tipo de regime é um *Welfare State corporativista ou conservador* dominante na Áustria, França, Alemanha, Itália, etc. Nele, os direitos sociais estão ligados à classe e ao *status*, o que faz sua capacidade redistributiva ser bastante limitada. Como consequência de ser conservador e ter sua ênfase na manutenção do *status*, os benefícios são voltados para a família tradicional, levando o Estado somente a intervir quando a capacidade da família é exaurida (ibidem).

O terceiro tipo, e o de mais destaque para o presente trabalho, é chamado por Esping-Andersen (1991) de **social-democrata**. Abrange um grupo menor de países, no qual os princípios de universalismo e da desmercadorização dos direitos sociais não são tão restritos como nos dois modelos anteriores, estendendo-se também às novas classes médias. Segundo este autor,

Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um *Welfare State* que promovesse a igualdade com melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos (ibidem, p. 109).

Quando Viana (1998) mencionava haver uma solidariedade do Estado para com os cidadãos no *Welfare State*, estava baseando-se especialmente neste último tipo, o social-democrata. Aqui, os ganhos da classe operária são notáveis. Além disso, a

noção por parte dos trabalhadores de “estar no mesmo barco” favorecia o amadurecimento da solidariedade entre eles, a união inerente a essa classe e sua organização e articulação na reivindicação de seus direitos.

No final da década de 1960, as ações da classe proletária atingem seu ápice questionando os pilares da sociabilidade capitalista. Assim, além da impossibilidade de permanência no ciclo expansionista do capital, as lutas de classe, que começavam minar a base do domínio capitalista, abriam as possibilidades para uma hegemonia proveniente do mundo do trabalho, tendo, assim, papel central nesta crise (ANTUNES, 2009). É assim que inicia-se mais uma crise¹² do capital.

1.2 O declínio do Estado de Bem-Estar e o surgimento do Neoliberalismo

Para responder a esta crise, o capitalismo se reorganiza numa série de reajustes e reconversões que deflagram novas tensões e possibilitam o contexto das “transformações societárias”¹³ (NETTO, 1996, p. 87). Transformações estas de cunho econômico, social, político e cultural.

Pereira (2004) explica que o processo de transição do Estado de Bem-Estar Social para o neoliberalismo, é reconhecido nos países de capitalismo central como *pluralismo de bem-estar*. Ou seja, é considerado o período de substituição do modelo keynesiano/beveridgiano de bem-estar – que tinha no Estado o ator central – para um outro modelo, pós-keynesiano/beveridgiano, que visava quebrar a centralidade do Estado. Este passaria a fazer parte de um esquema plural ou misto na condição de co-responsável ou parceiro: o Estado compareceria apenas com seu recurso de poder; o mercado com o dinheiro e o “terceiro setor” com a “solidariedade”.

Cabe destacar que, neste contexto, a solidariedade assume um sentido bem diferente daquele presente no *Welfare State*: os antigos mecanismos estatais produtores de solidariedade, como o sistema de seguros sociais, neste momento, estão

¹² Mészáros (2011) afirma que esta crise iniciada no final da década de 1960 e início da de 1970 persiste até hoje por tratar-se de uma crise estrutural global do capitalismo e não de mais uma de suas crises cíclicas. A diferença entre esses dois tipos de crise é que a periódica ou conjuntural desdobra-se e é mais ou menos resolvida com sucesso dentro da estrutura estabelecida, enquanto a crise estrutural afeta a própria estrutura em sua totalidade. A destrutividade desta última é ainda maior e visível em toda parte, sem dar sinais de diminuição.

¹³ Para Netto (1996, p. 87), as transformações societárias se expressam e se articulam a partir da reestruturação produtiva, das mudanças no mundo do trabalho e do perfil de atuação do Estado, que “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc”.

desintegrando-se e o capital está recuperando o sentido de responsabilidade individual, vendendo a concepção de uma “solidariedade” para com todos, sem distinções, que carrega um sentido ideológico de aliança política e de colaboração interclasses (GUSMÃO, 2000).

Segundo Pereira (2004), no lugar do keynesianismo passou a reinar o monetarismo, cujas respostas à crise de 1970 se ancoravam em vários mecanismos restritivos de atenção às necessidades sociais. Pode-se dizer que o Estado Social do pós-guerra, de perfil social-democrata, sofreu uma forte guinada para a direita, pois nesse momento, as ideias neoliberais¹⁴ forjadas desde os anos 1940 ganharam força e terreno.

Nesse contexto, a política social é utilizada como um mecanismo que visa congrega esforços do setor público, dos atores coletivos e dos indivíduos, com a preocupação central de criar consensos favoráveis às transformações societárias. É assim que se “escancarou a porta” para o retorno do voluntariado, que gradativamente passou a ganhar expressão no rastro da expansão do ideário neoliberal. A ênfase no voluntariado é acompanhada de convincentes argumentos pautados em valores liberais que se recusavam a aceitar o Estado como a única fonte de autoridade, o que encontra abrigo na argumentação a favor de uma descentralização. A rede de “solidariedade” é apresentada como instrumento de descentralização do Estado e uma via mais ágil e simples de prestação de ajuda aos necessitados (PEREIRA, 2004). O problema é que, neste caso, descentralização é sinônimo de desresponsabilização estatal e culpabilização dos indivíduos diante de suas necessidades sociais.

Nota-se que este rearranjo da função do Estado é uma estratégia reformista e ideológica, cujo grande risco é tornar o Estado um agente de “bem-estar exclusivamente para os privilegiados e ser, [...] não apenas residual, mas também algoz dos pobres, fazendo uma perversa passagem da providência para a penitência” (ibidem, p. 144-5).

É assim que a onda neoliberal atinge o mundo deixando a maioria da população entregue à própria sorte, ou na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de solidariedade. Há um retorno à família e às entidades da sociedade civil sem fins

¹⁴ O neoliberalismo nasceu imediatamente após a segunda guerra mundial, sob a liderança do austríaco Friedrich Von Hayek, na Europa e nos Estados Unidos. Surgiu como uma intransigente reação teórica e política ao intervencionismo do Estado Social (PEREIRA, 2008).

lucrativos, como agentes do bem-estar social, ao mesmo tempo em que o Estado renuncia explicitamente assumir suas responsabilidades.

Anderson (2003) aponta que o neoliberalismo surge combatendo veementemente o keynesianismo e aquela solidariedade em que o Estado se responsabiliza pelas necessidades sociais dos cidadãos. Além disso, tem a social-democracia como sua inimiga, argumentando que a desigualdade era um valor positivo e imprescindível. Para os neoliberais, as raízes da crise se localizavam no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação por meio de suas reivindicações sobre os salários e para que o Estado aumentasse os gastos sociais. Segundo o autor (*ibidem*, p. 11),

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação¹⁵, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado (p.11).

Assim, neste novo processo de reestruturação capitalista, boa parte daqueles ganhos obtidos pela classe trabalhadora durante o *Welfare State* – mesmo tendo sido obtidos dentro dos limites capitalistas – agora estão comprometidos e fragilizados. O que acontece neste momento é a focalização e remercantilização dos direitos sociais, contrapondo-se à universalização. Como afirma Behring (2003b), a tendência é a redução dos direitos sob o argumento da crise fiscal. Neste contexto as políticas sociais constituem-se apenas como ações pontuais e compensatórias dos efeitos mais perversos da crise.

¹⁵ Termo criado na década de 1970 para definir uma situação em que há coexistência de estagnação – crescimento econômico nulo ou muito baixo – e inflação.

Para os neoliberais, o bem-estar está associado ao mérito individual e não aos direitos de cidadania. À produtividade capitalista livre de controle, e não à redistribuição de bens e serviços coletivos. Sua ideologia não leva em conta categorias como justiça distributiva, direitos e necessidades sociais. Seus conceitos de descentralização e participação são sinônimos de privatização das políticas públicas. Para eles, os verdadeiros agentes do bem-estar são: mercado, família, indivíduo e instituições voluntárias. Por conseguinte, suas conseqüências para a classe trabalhadora são catastróficas: flexibilização do mercado de trabalho, acompanhado de insegurança e instabilidade no emprego, além da dificuldade de inserção de jovens e mulheres; sentimento de inutilidade de trabalhadores qualificados; ameaça de velhice desamparada, dentre outros. Soares (2009, p. 72, grifos da autora) explicita que as populações que eram “bem ou mal assistidas anteriormente, passaram a ser totalmente *desassistidas* pelo poder público. Ou seja, produz-se um *Estado de Mal-Estar*”.

Diante de todo esse contexto, verifica-se que tal reorganização do capital fragiliza e desmobiliza fortemente a classe trabalhadora mundial. Cabe agora um questionamento: e especificamente no Brasil, como esse processo tem se dado?

1.3 E no Brasil?

Pereira (2004) expõe que, no contexto brasileiro, a relação entre Estado, mercado e setores voluntários sempre existiu, mas agora ganham um novo significado. É como esclarece Duarte (2007, p. 53-4):

Em relação à categoria solidariedade é interessante para o capital descaracterizá-la na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos. [...] Historicamente, a palavra tem relação com a solidariedade interna de classe; no caso particular da classe trabalhadora refere-se à união e à luta contra a exploração e a dominação.

A prática espontânea da ajuda mútua tem sua origem numa estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora, bem como a relevante participação da família como provedora de cuidados a seus membros. Isso se dá porque os interesses das elites – alinhados com a burguesia internacional – sempre prevaleceram em detrimento das necessidades da maioria da população brasileira.

Assim sendo, é interessante notar que as políticas sociais brasileiras se dão de maneira controversa e curiosa, como mostra Pereira (2004, p. 152):

Um fato chama a atenção, no que tange às políticas sociais brasileiras, é que, além de periféricas, elas foram mais expressivas nos períodos ditatoriais do que nos democráticos, o que põe em relevo o fato de que, por longos períodos, tais políticas se processaram na contramão dos direitos de cidadania.

Behring e Boschetti (2006) mostram que o Brasil viveu um intenso salto econômico na década de 1960 e 1970. Apesar da aparente falta de sincronia, já que o mundo vivenciava uma crise, tal salto promovido pela ditadura militar tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento. Porém, a crise da década de 1970 também chegou ao Brasil:

Em 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime militar, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais, e também dos limites internos (ibidem, p. 137)

Os anos finais desta década foram marcados por uma abertura lenta e gradual do regime militar, num processo de transição para a democracia. Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico¹⁶, mas também são lembrados como um período de grandes conquistas democráticas. A Constituição da República promulgada em 1988 pretendeu contrariar a tendência neoliberal, contemplando vários avanços inéditos e trazendo a solidariedade – aquela presente no *Welfare State* social-democrata – como meio de se alcançar a universalidade de direitos, como afirma Gusmão (2000, p. 95, grifos da autora):

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 teve como valor implícito aos seus princípios a ideia da *solidariedade*. Na área da Seguridade Social, que valor fundamentaria a ideia de universalidade de cobertura; de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; de equidade na forma de participação no

¹⁶ Na entrada dos anos 1980, há um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, que obteve indicadores catastróficos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006)

custeio; de democracia e descentralização político-administrativa, senão a *solidariedade*?

É necessário pontuar que esta nossa Constituição refletiu a disputa de hegemonia que ocorria naquele momento histórico, pois o texto constitucional contempla grandes e importantíssimos avanços em alguns aspectos, como o dos direitos sociais; mas também trazia traços conservadores na ordem econômica, na qual as liberdades individuais estão protegidas contra o abuso de poder dos governantes.

Em 1989, dois projetos radicalmente distintos nas candidaturas foram postos para o povo brasileiro: Lula e Collor, que chegaram ao segundo turno demonstrando a tensão entre as classes. O discurso de Fernando Collor de Mello, que era também o discurso dos setores insatisfeitos com a Constituição, acabou por sair vencedor. Assim, os avanços sociais previstos na Constituição foram gradativamente esvaziados e “o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social” (SOARES, 2009, p. 35).

Deste modo, o processo de reestruturação capitalista voltado para a desoneração estatal perante as necessidades sociais da população ergueu-se e fincou raízes no Brasil, especialmente a partir da década de 1990 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O voluntariado também é incentivado em nosso país e está presente como parceiro privilegiado do Estado em quase todas as áreas sociais. A “solidariedade” em que se apóia o voluntariado se tornou um tema recorrente nos meios de comunicação, na academia, nos discursos políticos, nos ambientes de trabalho, nos projetos governamentais, na internet, nos telefonemas quase diários recebidos nas residências solicitando doações. Ou seja: a “solidariedade” tem sido propagada como remédio para os males sociais, políticos e econômicos.

Diante do exposto, percebemos que a lógica capitalista se apropria de valores e motivações individuais, como a solidariedade, para o estabelecimento de um consenso favorável ao seu modo de produção. No *Welfare State*, solidariedade era sinônimo de igualdade de direitos, ainda que nele perpassem as contradições de classe. No neoliberalismo, é sinônimo de desresponsabilização estatal, que transfere para o campo privado e das instituições sociais o que não lhe dá lucro. São as mesmas contradições que os perpassam, o que muda é a lógica que os fundamenta. Tal retração nos direitos é realizada sob a máscara da compaixão para com os pobres, que ofusca a luta de classes

buscando uma aliança política para o estabelecimento de sua hegemonia, tratando as desigualdades sociais como meras desvantagens culturais. Afinal,

O que poderia ser mais conveniente para fazer frente a essas desvantagens do que a ideologia da solidariedade interclasses, que coopta amplos setores intelectuais e populares e não apresenta saídas à humanidade a não ser o convívio “solidário” entre classes desiguais, nas sociedades dominadas pelo mercado? (GUSMÃO, 2000, p. 98)

Gusmão (2000) afirma que a ideia da “solidariedade” entre classes está relacionada a uma visão de “fim da História”, em que a humanidade atingiu seu ponto final em sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes, não dando espaço para a luta em busca de uma nova sociabilidade. Como consequência, há uma prevalência do imediato sobre o mediato. Essa é a lógica que precisa ser combatida para se alcançar uma sociedade de fato igualitária e solidária.

Percebe-se, como afirma Pereira (2004, p. 156), que estamos num tempo de “redemoinho semântico”, em que qualquer coisa pode significar qualquer coisa, numa “fraude vocabular”. É necessário entender e desvendar qual o sentido da solidariedade no discurso oficial, assim como das categorias sociedade civil e “terceiro setor”. Por isso, no próximo capítulo estudaremos como o Estado Brasileiro tem dado um direcionamento político funcional conforme todos estes termos, por meio de uma “reforma”, ou melhor, contrarreforma.

2 A LÓGICA DA “SOLIDARIEDADE” NEOLIBERAL E O ESTADO BRASILEIRO PÓS 1990

O presente capítulo faz uma discussão sobre a “reforma” do Estado Brasileiro iniciada na década de 1990, com o intuito de evidenciar como esta estratégia de reestruturação do capital tem acarretado conseqüências e perdas desastrosas para a classe trabalhadora.

Também mostra como o neoliberalismo tem se apropriado da temática da solidariedade, utilizando-a para criar um consenso na população brasileira de que todos precisam se unir para sair da crise, independente de sua classe social, tentando criar um ambiente de ajuda-mútua e uma “solidariedade” transclassista. Para chegar a este fim, o capital também transverte a categoria sociedade civil em “terceiro setor”, debate que será problematizado nesse capítulo.

Por fim, chega-se a conclusão de que toda esta “reforma” tem um objetivo central: alterar profundamente o modo de resposta às seqüelas da questão social.

2.1 A contrarreforma do Estado

A saída neoliberal rumo à reestruturação do capital foi concretizada no Brasil na década de 1990, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma “reforma” do Estado. Para realizar tal “reforma”, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob a direção de Luiz Carlos Bresser Pereira. Este Ministério produziu o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE-Mare), que define os objetivos e estabelece as diretrizes para “reformular” a administração pública brasileira.

Tal “reforma” significou um redimensionamento das funções do Estado, que vai contra as conquistas sociais que a classe trabalhadora tinha recentemente alcançado com a Constituição Federal de 1988, significando assim, um retrocesso para a maioria da população brasileira. Por isso, Behring (2003a) afirma que ocorreu na verdade uma contrarreforma, pois a verdadeira reforma foi aquela iniciada pela Constituição de 1988 num contexto de transição democrática, e não esta que tem natureza destrutiva e regressiva. A autora afirma ainda que o termo reforma é esquerdista e não pode ser utilizado para caracterizar processos regressivos:

Cabe lembrar que este é um termo que ganha sentido no debate do movimento operário socialista, melhor dizendo, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva a equidade. Portanto, o reformismo, ainda que se possa e deva criticá-lo, [...] é um patrimônio da esquerda (BEHRING, 2003a, p. 22-3).

Para Bresser Pereira (1997), idealizador da “reforma” do Estado, o desenvolvimento econômico e social ocorrido durante os “anos de ouro” foi fruto de um crescimento distorcido, desaguando em uma crise do Estado. A crise iniciada na década de 1970, ao invés de ser uma crise do capital como apresentado no capítulo anterior, seria uma “crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado” (PEREIRA, 1997, p. 9). Pode-se verificar que na verdade o que acontece é: o capital, para manter sua hegemonia, infunde o pensamento de que é preciso realizar mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, constituindo assim o que Mota (2011), chama de “cultura política da crise”, em que todos estes fatores estão em crise e necessitam ser “reformados”. Com isso, é possível sedimentar as reformas e manter a hegemonia do capital, gerando um consenso ativo nas classes subalternas por meio da ideia de que a crise afeta igualmente toda a população, independente de sua classe social, portanto a saída para ela exige sacrifícios de todos. Este é o traço predominante da “cultura da crise”.

Cabe ressaltar que, apesar de a contrarreforma ser claramente uma saída neoliberal para a crise do capital, Bresser Pereira (1997) afirma veementemente que tal saída não é conservadora, liberal ou neoliberal, e sim social-liberal: social porque protege os direitos sociais e promove o desenvolvimento econômico; liberal porque faz uso dos controles do mercado, realiza os serviços sociais e científicos no âmbito do setor público não-estatal, torna os mercados de trabalho mais flexíveis. Porém, é evidente que sua proposta é neoliberal e nada há de social, já que todos os argumentos que justificam ser considerada liberal, na verdade, contrariam qualquer proteção aos direitos sociais.

Para o autor, quatro são os componentes básicos da “reforma” do Estado:

- a) A delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);

- b) Redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;
- c) Aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas do Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente,
- d) O aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta (ibidem, p.18).

Para os fins do presente trabalho, apenas o primeiro componente será estudado mais detalhadamente. Em especial, o Programa de Publicização presente no Plano Diretor.

Nota-se, sem dificuldades, que para os formuladores da contrarreforma, “reformular” o Estado significa primeira e essencialmente uma transferência de responsabilidades do setor público para o privado e também para o setor público não-estatal¹⁷, sob o pretexto de redefinir o papel do Estado. Segundo o Plano Diretor,

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (...) Para realizar sua função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram deixaram claro, entretanto, que *reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado* (BRASIL, 1995, p.4, grifos nossos).

¹⁷ O tão mencionado setor público não-estatal é composto por organizações não-lucrativas e não governamentais; instituições de caridade; fundações empresariais que desenvolvem “atividades solidárias”; empresas cidadãs; dentre outros.

Dessa forma, tenta-se explicitar a causa da ineficiência do Estado em assegurar a materialização dos direitos sociais e ainda justificá-la. Borón (2003, p. 77) explica bem este processo, afirmando que ocorre uma “satanização do Estado como causador de todas as desgraças e infortúnios”, equiparando tudo que é estatal com ineficiência, corrupção e desperdício. Esta é a grande jogada estratégica da contrarreforma, pois quando se iguala tudo que é estatal à ruim e tudo que é privado a bom e virtuoso, tem-se o argumento-chave – que é defendido cotidianamente, visando criar um consenso na população – para a privatização e publicização.

Assim, foi criado o Programa de Publicização, cujo objetivo era transferir para o setor público não-estatal uma série de atividades na área social e científica, sob o argumento de que não lhe são exclusivas, como

[...] as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultura, etc. (PEREIRA, 1997, p. 25).

A justificativa apresentada é que, como o mercado é claramente incapaz de realizar tais tarefas e o Estado mostra-se ineficiente, torna-se necessário abrir espaço para as instituições públicas não-estatais, que ficariam responsáveis pela prestação dos serviços mencionados e contariam apenas com um financiamento do Estado. Este “reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor” (BEHRING, 2003a, p. 179). Nota-se que tal descentralização para este setor afeta diretamente as políticas sociais e o seu reconhecimento como materialização dos direitos sociais duramente obtidos pelos cidadãos.

É esta descentralização, o primeiro de três conceitos que se tornaram palavras de ordem para operacionalizar a publicização, como afirma Montañó (2008). O segundo conceito seria o de “organizações sociais” e o terceiro de “parceria”. Segundo os formuladores do Plano, as organizações sociais se converteriam no tipo de instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas e seriam diretamente controladas pela sociedade. Foram criadas leis de incentivos para elas, para atividades empresariais filantrópicas, para o serviço voluntário, dentre outros, desenvolvendo uma relação de “parcerias” entre elas e o Estado. Na verdade, há um caráter substitutivo e não complementar nestas supostas parcerias, ocorrendo um abandono das redes públicas

capazes de oferecer serviços de fato universais. São estimulados serviços fragmentados, seletivos, emergenciais e provisórios oferecidos pelas instituições sociais. Além de tudo, infunde-se a ideia de uma sociedade civil parceira, para que todos possam se ajudar e superar juntos a crise.

Verdadeiramente, o que está por trás da publicização e da contrarreforma como um todo é a diminuição dos custos das atividades sociais numa estratégia de desoneração do capital por meio da transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” – termo que será estudado mais adiante. A publicização orienta-se numa perspectiva desuniversalizante e não constitutiva de direito das políticas sociais (MONTAÑO, 2008).

Bresser Pereira (1997) afirma ainda que a “reforma” do Estado está voltada para os cidadãos, para que estes sejam menos protegidos e mais livres de um Estado paternalista. Para o autor, espera-se que os brasileiros sejam cidadãos maduros politicamente e que sejam individualistas e solidários ao mesmo tempo. Individualistas por serem conscientes de seus direitos individuais; e solidários por estarem dispostos a se organizar em instituições de interesse público para se ajudarem e se protegerem. Esta é a “solidariedade” neoliberal que precisa ser desmascarada: busca-se resgatar a solidariedade em uma sociedade no qual o individualismo alcançou uma forma perversa, por incentivo do próprio Estado, que agora clama para que este valor esteja presente nos cidadãos apenas para legitimar sua desresponsabilização ante os direitos sociais, já que o Estado não é de forma alguma um ente neutro¹⁸ e sim parte ativa de um projeto social que não visa nem sequer uma melhor distribuição de renda.

Segundo Bonfim (2010), há uma necessidade de estabelecer padrões de comportamento que dêem suporte ao momento atual do capitalismo, resgatando os valores cristãos de amor ao próximo e ajuda mútua para se divulgar a falsa ideia do fim da luta de classes. O que predominaria agora é uma “cooperação entre ricos e pobres, num sacrifício mútuo para se construir uma sociedade melhor” (ibidem, p.47). A solidariedade agora não mais remete a uma mútua dependência ou a uma solidariedade

¹⁸ Netto (2004b, p. 66) elucida que, na perspectiva marxiana, “a sociedade civil é a estrutura sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte do Estado; o Estado, assim, é uma expressão da sociedade civil [...]”. Dessa forma, na ordem capitalista o domínio do aparato estatal é essencial para promover ou reverter transformações sociais.

cristã, e sim uma “solidariedade” interclasses, cujo objetivo é ocultar as relações de exploração e conviver harmoniosamente com as desigualdades sociais.

Assim, esta “solidariedade” disfarçada de generosidade, amor ao próximo, compaixão, dentre outros, é um elemento necessário para a atual fase de reestruturação do capital. Por este motivo, tal valor tem sido tão comentado e estimulado atualmente pela mídia.

Como afirma Montañó (2008, p.12, grifos nossos),

[...] ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de construir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia dos direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “*solidariedade*” que possa proteger os mais pobres.

Diante do exposto, verifica-se que a contrarreforma do Estado busca desobrigar a esfera estatal da responsabilidade de implementar programas e políticas sociais, repassando-os para os governos locais a partir da “parceria” com a sociedade civil. Nesta direção, sociedade civil esta é uma categoria que merece destaque e reflexão.

2.2 Sociedade Civil e Terceiro Setor: uma imprecisão perigosa

Nos últimos anos, a categoria sociedade civil vem ganhando cada vez mais espaço nos debates da opinião pública. E não é por acaso. Tanto grupos democráticos e de esquerda, quanto neoconservadores e neoliberais econômicos se identificam com a expressão. Duriguetto (2005, p. 83) explica que:

Este campo temático [sociedade civil] manifesta entendimentos controversos, e o entendimento defendido do que venha a ser a tão propalada sociedade civil está diretamente vinculado à defesa de determinados projetos societários.

Assim, é de extrema importância entender como esta categoria tem sido apreendida e utilizada, especialmente por aqueles que atualmente procuram obscurecer a luta de classes.

Como mencionado, o conceito de sociedade civil tem ressurgido fortemente no atual contexto de crise e redução dos direitos sociais. Ele tem aparecido como a esperança de resolução para todos os nossos problemas, o “abre-te sésamo” ou “a nova

escada que, desta vez e por fim, nos conduzirá ao Paraíso”, como aponta Acanda (2006, p. 16). E por quê?

Quando se percebe a esfera pública cada vez mais reduzida e a esfera privada cada vez mais em busca de lucros, a sociedade civil é apresentada como o terreno das boas qualidades e da genuína solidariedade. Porém, por trás desta maquiagem, o fato real é que tal campo temático tem sido utilizado para legitimar a desresponsabilização estatal no campo das políticas públicas. E mais: pensar uma sociedade civil dessa forma é pensá-la como sendo indiferenciada, a-classista e homogênea.

Sociedade civil é, na verdade, o espaço privilegiado das lutas de classe e disputa de hegemonia. O contexto específico da luta política em seu interior influencia o conteúdo que lhe é inferido. Por isso, ela apareceu vinculada a três cenários diferentes de conflitos políticos, cada um concebendo uma interpretação específica (ACANDA, 2006).

Um desses cenários foram os países comunistas do Leste Europeu, que rejeitavam um Estado ultracentralizador e todo-poderoso buscando espaços livres para o pensamento e a ação. Aqui, o termo sociedade civil foi utilizado como a característica comum aos processos de subversão ocorridos naqueles países (ibidem).

Outro contexto de utilização do termo surgiu no mesmo período, agora pela direita dos países capitalistas desenvolvidos numa luta pelo controle do governo. Neste caso, ocorre a defesa de um suposto fortalecimento da sociedade civil para que a responsabilidade do Estado na vida social dos cidadãos seja reduzida de maneira consentida (ibidem). Esta é a mesma estratégia utilizada pelos governantes brasileiros ao iniciar o processo de publicização da contrarreforma. É a ideia de que a população deve ajudar-se mutuamente diante das desigualdades sociais, já que o Estado seria ineficiente e o mercado buscaria unicamente o lucro.

Por fim, alguns setores da nova esquerda latino-americana adotaram o termo “civil” como significado de tudo que se opunha às arbitrariedades do regime militar e que voltava-se à reconstrução de laços associativos que buscassem restabelecer a ação política (ACANDA, 2006). Este foi o contexto histórico em que a categoria sociedade civil começou a ser empregada no final da década de 1970 no Brasil, expressando a reativação do movimento sindical e a ação dos movimentos sociais em busca da defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas.

Cabe ressaltar que neste trabalho concorda-se com Gramsci (apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), em que a sociedade civil é composta por uma rede de organizações (sindicatos, associações, movimentos sociais, meios de comunicação, sistema educacional, igrejas, etc.). Ou seja, definitivamente não é homogênea. É uma esfera em que as classes se organizam e defendem seus projetos societários na luta por conservar ou conquistar hegemonia.

A sociedade civil gramsciana faz parte do Estado, que por sua vez é permeado por interesses e conflitos de classe. Aqui, o Estado “ampliado” se forma na conjunção de uma sociedade política (Estado *stricto sensu*) e uma sociedade civil (esfera da disputa da hegemonia e do consenso)¹⁹ (ibidem).

Transformada num sujeito virtuoso, indiscriminado e privilegiado para prestar serviços sociais, a sociedade civil vem sendo muitas vezes confundida com as ONGs. Ou seja, sua concepção tem sido metamorfoseada em “terceiro setor” (Almeida, 2004).

É importante salientar que “terceiro setor” é outro campo temático propício a confusões e que deve ser bem clarificado. Segundo Montañó (2008), este termo apresenta uma série de debilidades, especialmente por ser construído como se o Estado fosse o primeiro setor, o mercado como sendo o segundo setor e a sociedade civil o terceiro setor. Dessa forma, ainda a partir de Montañó (2008, p. 53), ocorre um recorte “claramente neopositivista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social”, como se a dimensão política pertencesse à esfera estatal, a dimensão econômica ao mercado e o social pertencesse unicamente à sociedade civil. Assim, o que os autores chamam de “terceiro setor”, nem é terceiro, nem é setor:

Na verdade, no lugar deste termo, o fenômeno real deve ser interpretado como *ações que expressam funções a partir de valores*. Ou seja, as *ações* desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as *funções* de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos *valores* de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços) (ibidem, p. 184, grifos do autor).

¹⁹ Gramsci denomina sociedade política como a esfera estatal, cuja função é a dominação de uma classe, utilizando um conjunto de Aparelhos de Coerção e Repressão pelos quais a classe dominante impõe coercitivamente sua dominação. Já a sociedade civil é composta por Aparelhos Privados de Hegemonia, que são os organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses das classes. O exercício de poder neste caso ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso (Montañó; Duriguetto, 2010).

Diante de tais observações, concorda-se com Duarte (2007, p. 53) quando diz: “a noção de sociedade civil utilizada como sinônimo do “terceiro setor” cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde sua trama de relações e conflitos na sociabilidade do capital”.

Importante ressaltar que, não há acordo entre teóricos e pesquisadores sobre as entidades que integrariam o “terceiro setor”. Com base novamente em Montaño (2008) percebe-se que por este motivo, muitas vezes o termo mais confunde que esclarece, pois não reúne um mínimo de consenso sobre a sua origem, nem sobre sua composição ou suas características. Para os fins deste trabalho, serão consideradas parte do “terceiro setor”: as organizações não-lucrativas e não-governamentais; instituições de caridade, religiosas; atividades filantrópicas desenvolvidas por fundações empresariais, filantropia empresarial, empresas cidadãs que teriam redescoberto a importância da atividade empresarial – como é o caso do SESC e de seu Programa Mesa Brasil, que serão estudados no próximo capítulo –; ações solidárias e ações voluntárias.

Diante de tanto desacordo a respeito da temática, uma coisa é certa: a partir da contrarreforma, a “solidariedade” tem sido infundida pelo Estado e pela mídia como uma característica e um valor intrínseco a este “setor”. A sua propaganda que nos é repassada é a de sensibilidade para com os necessitados, altruísmo, compaixão, iniciativas em prol do bem público. Tudo isso para criar em nós um sentimento de responsabilidade para com o bem-estar da população em geral que nos faz deixar em segundo plano, ou até mesmo esquecer que a responsabilidade de executar as políticas sociais é de primazia do Estado. Assim, conclui-se que o debate acerca do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico importantíssimo e essencial no processo de reestruturação neoliberal, revertendo os direitos de cidadania – que exigem serviços e políticas sociais não contratualistas e de qualidade desenvolvidos pelo Estado num sistema de solidariedade universal – em uma “solidariedade” neoliberal que visa desonerá-lo.

Nesse sentido, Almeida (2004, p.103) afirma que

Em meio às disputas em torno da desregulamentação da economia, da flexibilização dos direitos sociais, da elitização da política e do crescente processo de privatização e de vínculos promíscuos entre o público e o privado, interessa às grandes corporações transnacionais

despolitizar e deseconomizar a concepção de sociedade civil, apresentando-a completamente despida das suas relações sociais.

É possível verificar que esta afirmação da autora é concreta e real em um relatório elaborado para o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (o Banco Mundial), intitulado “Do confronto à colaboração – Relações entre a Sociedade Civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil”, no qual o autor John Garrison (2000) apresenta um estudo acerca do “terceiro setor” no Brasil (igualando-o à sociedade civil e reduzindo-os a um setor não-governamental despolitizado) e apresentando uma série de experiências bem-sucedidas de parcerias entre o governo, a sociedade civil e o Banco Mundial, alegando que a partir da união desses três atores será possível promover o desenvolvimento social no Brasil.

O relatório é claramente uma tentativa do Banco Mundial de se aproximar das “organizações da sociedade civil” – como são chamadas no documento (ibidem, p. 6) – para criar nelas um sentimento de identificação com o Banco, para que “vistam sua camisa” e para que ele possa consolidar sua hegemonia, pois é afirmado várias vezes que “as OSCs e o Banco têm muito mais em comum do que geralmente se pensa” (GARRISON, 2000, p.13). Algumas semelhanças são apresentadas, dentre elas:

[...] tanto as organizações da sociedade civil quanto o Banco Mundial defendem a reestruturação do Estado e o fortalecimento do papel da sociedade civil, embora por razões diferentes. O Banco porque [...] existem evidências cada vez mais fortes que uma sociedade civil ativa não é apenas pré-requisito para a democracia, mas também um fator que contribui para o desenvolvimento (ibidem, p. 55).

Aqui, a visão apresentada de sociedade civil ativa, propositiva, etc., é declaradamente a mesma descrita neste capítulo como a visão dos países capitalistas desenvolvidos que defendem esta categoria numa luta pelo controle do governo e defesa de seu projeto neoliberal, propondo o fortalecimento da sociedade civil para a retirada da primazia do Estado nas políticas sociais. Sob o argumento de que, deixando-o mais enxuto, ele tornar-se-ia mais eficaz.

Também não poderia faltar o convite à “solidariedade”. Concorde-se com Yazbek (1996, p. 48) quando afirma: “O apelo à solidariedade torna a proposta uma estratégia capaz de atrair atenções generalizadas e apoios no âmbito nacional e internacional”. Segundo Garrison (2000), há uma estabelecida confiança e uma ética da solidariedade entre o Banco e as OSCs, por meio do financiamento de muitos de seus

projetos. E vai mais além: esta “solidariedade” política é caracterizada por uma noção de parceria Norte-Sul. Interessante analisar que outra característica – implícita, obviamente – de tal “solidariedade” seria livrar o Estado e o governo do ônus de agirem assumindo suas responsabilidades diante das desigualdades sociais, para que os ricos continuem lucrando à custa dos pobres e mundialmente que o Norte continue lucrando à custa do Sul.

Deste modo, o fato que está efetivamente acontecendo é que uma parcela da sociedade civil está desenvolvendo atividades antes atribuídas ao Estado. Esta realidade, que demonstra o embate entre o projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, está processando transformações no trato da chamada questão social.

2.3 A “solidariedade” como meio de refilantropização no enfrentamento da questão social

Como vimos, o lugar da política social no Estado neoliberal é deslocado, já que os serviços de saúde e educação, dentre vários outros, passam a ser executados pelo “terceiro setor”. Isso porque a transição democrática vivida no final da década de 1980 é colocada pela contrarreforma como um retrocesso. Conforme afirma Behring (2003a), os conservadores acreditam que na verdade houve um populismo patrimonialista no país, que gerou uma Constituição que cria privilégios e desprestigia a administração pública, além de aumentar o custo da máquina estatal e acabar tirando a capacidade operacional do governo.

Inferese que os direitos de cidadania são vistos, então, como regalias, vantagens e que as políticas sociais – universais, não contratualistas e constitutivas de direito dos cidadãos – são as responsáveis por propiciarem o esvaziamento dos fundos públicos. Assim, “o Estado brasileiro, hoje, é um Estado que anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá as tarefas que a sociedade possa assumir” (YAZBEK, 2001, p.37).

Com todo este processo, os brasileiros vivenciam uma perda de seus direitos de cidadania, pois suas necessidades sociais não são mais de responsabilidade privilegiada do Estado, que se mostra como uma esfera burocratizada e ineficiente. Assim, tal desresponsabilização tenta ser supostamente compensada pela ampliação de sistemas privados e filantrópicos. Agora, o encargo por responder as refrações da questão social é

de autoresponsabilidade dos sujeitos. Não é mais um direito do cidadão e sim uma opção do voluntário que ajuda o próximo. Nota-se então, que o verdadeiro fenômeno por trás do “terceiro setor” é a configuração de uma nova modalidade de trato à questão social (MONTAÑO, 2008).

Cabe ressaltar que a questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas, por ser indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora. Ela diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais concebidas na sociedade capitalista, impensáveis sem a intermediação do Estado. (IAMAMOTO, 2001). Ou seja: numa perspectiva teórico-analítica, a questão social não tem a ver com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001).

Embora não seja um dos objetivos deste trabalho aprofundar e detalhar o debate acerca da existência ou não de uma “nova questão social”, acreditamos que a afirmação de que existiria uma “nova questão social” carrega – mesmo que implicitamente – o objetivo de justificar o novo trato dado a ela que temos vivenciado atualmente. Seguindo esta linha de pensamento, seria justo imaginar que é necessária uma nova forma de intervenção, mais adequada às questões atuais. Na verdade, o que acontece são novas expressões da questão social, decorrentes da atual conjuntura de grandes transformações societárias. Ela se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural.

O ponto central é: esta nova forma de resposta às seqüelas da questão social segue os valores daquela “solidariedade” neoliberal mencionada, de auto-ajuda e ajuda-mútua. Segundo Montañó (2008), o objetivo de retirar o Estado e o capital da responsabilidade de intervenção na questão social e de transferi-lo à esfera do “terceiro setor”, não ocorre por motivos de eficiência – como se as ONGs fossem mais eficientes que o Estado – e nem apenas por razões financeiras. O verdadeiro motivo é político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão, criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população e infundir um conceito de “solidariedade” para seu enfrentamento.

Agora, o enfrentamento da questão social deve ser realizado no âmbito privado. Os problemas sociais são agora transfigurados em problemas pessoais. Aqueles

que não conseguirem resolvê-los sozinhos por seus próprios esforços (os “inadaptados” à vida social) devem procurar as instituições privadas do “terceiro setor”, ou seja, dependem de um eventual ato de “solidariedade”.

Surge assim, uma questão importante: de acordo com Bonfim (2010), a prática voluntária existente no “terceiro setor” traz um componente psicologizador. A imagem do voluntário está relacionada ao *status* de cidadão – é possível observar propagandas na mídia convidando as pessoas a realizarem trabalhos voluntários e assim estarem exercendo sua cidadania – e de cumprimento de dever cívico e cristão. A prática voluntária sugere que, aquele que a desenvolve, é uma pessoa solidária, de boa índole e de boa iniciativa para resolver os problemas de sua comunidade, ou seja, ganham espaço argumentos de ordem moral. Dessa forma, a lógica capitalista forja uma “cultura do voluntariado” com o objetivo de manter sua hegemonia. E temos visto que é inegável o avanço da ideia de “sociedade solidária” como alternativa face à limitação da ação social do Estado neoliberal.

É infundida, a todo o momento, a ideia de que a ação humanitária e o dever moral devem assistir aos pobres. O que não é mencionado é que há um porém: desde que isso não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade.

Esta nova modalidade de resposta à questão social busca desconstruir a condição de direito das políticas sociais e a noção de uma solidariedade universalista que se baseia numa igualdade de acesso aos serviços. Em seu lugar, cria-se uma modalidade polimórfica de resposta, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Isso significa que essas respostas não se constituem como direito, mas como uma atividade solidária ou um serviço comercializável, realizado quando se tem boa vontade.

A qualidade dos serviços prestados também depende do poder de compra da pessoa. Aqueles que não podem comprar recebem serviços momentâneos, são excluídos e vistos como quase não-cidadãos. Deste modo, a “solidariedade social” como chama Montañó (2008, p. 184), passa a ser localizada, pontual e identificada como auto-ajuda e ajuda mútua – ou seja, se torna uma “solidariedade neoliberal”. Seu alto grau de seletividade e direcionamento para os estritamente pobres, não permite que se caminhe rumo à justiça social e a igualdade. Como consequência, “os ‘serviços estatais para pobres’ são, na verdade, ‘pobres serviços estatais’ ” (ibidem, p. 195). Além disso, tais

relações fragmentam e desorganizam os subalternizados, ao apresentar como favor ou vantagem aquilo que é direito.

Yazbek (2001) entende que está em construção uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social. Tem sido despolitizado o reconhecimento da questão social brasileira como expressão de relações de classe, desqualificando-a como questão pública, política e nacional, numa sociedade privatizada que desloca a pobreza para o campo da não-política. A autora afirma ainda que esse processo de refilantropização da questão social é construído a partir de referências não políticas, mas sim morais. As décadas de clientelismo vivenciadas pelo Estado brasileiro consolidam uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação de classes. Ao se apelar para a “solidariedade”, permite-se que os necessitados vivam dependentes de ações tímidas e incapazes de lhe proporcionar o mínimo. Assim, é nesta perspectiva que Duarte (2007, p. 79) sintetiza: “a refilantropização, mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade”.

Diante do exposto, conclui-se que a análise da questão social deve ser necessariamente situada em um espaço de disputas entre projetos societários. Nossa luta é para que prevaleçam as necessidades da coletividade dos trabalhadores e o chamado à responsabilidade do Estado. Não se pode permitir que a sociedade de classes se isente da responsabilidade na produção das desigualdades sociais e nem que se caia numa naturalização “é assim mesmo, não há como mudar”, como aponta Iamamoto (2001).

No capítulo 1 deste trabalho, foi apresentado que – em alguns países – no período do *Welfare State* a forma de resposta à questão social era voltada para a universalidade das políticas e a responsabilidade era do conjunto da sociedade por intermédio do Estado (tendo a solidariedade em sua essência). No padrão neoliberal, a modalidade de intervenção é setorialista, localizada, focalizada e sustentada na auto-ajuda (solidariedade neoliberal). Assim sendo, o fenômeno em questão não é o desenvolvimento de instituições de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas a alteração do padrão de resposta à questão social, com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função.

Montaño (2008) aponta que também no *Welfare State*, punha-se a questão social como o alvo das políticas sociais. Neste caso, ela tinha uma resposta política que era internalizada na ordem econômico-política. Porém, no contexto atual, a resposta tende a ser externalizada, transferida para o âmbito imediato e individual. O “igualitarismo” promovido pelo Estado intervencionista é combatido na ótica neoliberal e em seu lugar, a desigualdade e a concorrência são tidas como motores do desenvolvimento social. Como afirma Netto (2001, p. 47)

a conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extra-mercado, tem sido coroado com êxito. Erodio-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópica social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” desvestiu a pele de cordeiro [...].

Tendo isso em mente, o conceito de “terceiro setor” não se refere a instituições de determinado “setor”, mas a uma função social que passa a ser desenvolvida por elas e não mais pelo Estado, findando o “pacto keynesiano” e os fundamentos do *Welfare State*.

É imperativo que se promova uma permanente articulação política da classe trabalhadora no âmbito da sociedade civil para definir estratégias de combate visando a defesa integral dos direitos sociais universais, para que o direito constitucional possa de fato se impor e orientar as verbas orçamentárias. É necessário resistir ao “fetiche da solidariedade”, como chama Yamamoto (2001), que reforça as desigualdades.

Ao mesmo tempo em que se despolitiza a questão social, tenta-se disseminar a imagem de um empresariado cada vez mais consciente e politizado, através da chamada “responsabilidade social”. Tais empresas “cidadãs” integram o “terceiro setor” por meio de suas ações e programas “solidários”, como o SESC e seu Programa Mesa Brasil. Uma questão é pertinente: como a solidariedade é vista e trabalhada efetivamente por dentro do “terceiro setor”, como é o SESC, tomando como referência o Programa Mesa Brasil? É o que será analisado no próximo capítulo.

3 EMPRESA CIDADÃ E “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: UM ESTUDO DO PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC/DISTRITO FEDERAL

O presente capítulo abordará como o discurso atraente da “solidariedade” e do voluntariado convoca o empresariado a lutar em defesa explícita do capitalismo mundializado, encobrendo sua busca pelo lucro por meio do título de empresa cidadã.

Tal processo se concretizou na criação do SESC, que apesar de ter surgido em um contexto social diferente da atual proposta neoliberal, se modificou de acordo com os interesses dominantes e por isso se mantém até hoje. Será explicado como a empresa se insere na ideologia da “responsabilidade social” e como fez surgir dentro desta mesma ideologia, o Programa Mesa Brasil.

Tal Programa será estudado a partir da lógica da “solidariedade” neoliberal e da “cultura do voluntariado”, a partir da análise de seus documentos oficiais e da bibliografia referente à temática. É deste modo que será verificado se a hipótese levantada por este trabalho se confirmará ou não.

3.1 A trajetória do SESC inserida na lógica da “responsabilidade social”

O Serviço Social do Comércio – SESC foi criado há mais de seis décadas num contexto econômico-político específico: a expansão do proletariado e da burguesia industrial.

Na década de 1940, o Brasil passava por transições políticas, econômicas e sociais, pois deixava de ser majoritariamente agroexportador e rural para tornar-se industrial e urbano. Estas mudanças nas cidades possibilitaram uma nova concepção nas elites burguesas, que agora haviam se tornado industriais. Cesar (2008) explica que, neste novo momento histórico, o acirramento da questão social como cerne da contradição capital e trabalho, implica um posicionamento da classe dominante e do Estado quanto à melhor forma de combatê-la, sem comprometer sua hegemonia. Segundo Brandão (1997), os representantes do empresariado mais lúcidos e preocupados com o bem-estar social perceberam que os novos tempos exigiam novas estratégias na relação entre capital e trabalho, pois:

A época em que a questão social era um caso de polícia estava superada. Esses empresários entenderam que somente através de uma

relação harmoniosa entre as forças produtivas daria ao país condições de superar os graves problemas com que se defrontava.²⁰

No senso comum, podemos dizer que era como se a burguesia vivenciasse uma crescente consciência social. Dessa forma, visando encontrar soluções para os problemas sociais, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se em Teresópolis no ano de 1946 para a Primeira Conferência das Classes Produtoras – I CONCLAP. Como resultado desse encontro foi aprovada a Carta da Paz Social que deu forma a um conceito de serviço social custeado pelos empresários. Tal Carta foi submetida ao governo federal e em 13 de setembro do mesmo ano, o presidente Eurico Gaspar Dutra assinou o Decreto-Lei nº 9.853 que autorizava a Confederação Nacional do Comércio (CNC) a criar o Serviço Social do Comércio (SESC), instituição que ficou responsável por estudar, planejar e executar medidas que contribuíssem para o bem-estar do trabalhador do comércio (BRANDÃO, 1997). A CNC integra o Sistema S, que abriga além do SESC, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Segundo documento oficial lançado em 2003, o SESC é uma instituição de direito privado que foi criado como resultado da ação de empresários e organizações sindicais sob o comando de João Daudt d'Oliveira. Mesmo sendo de direito privado, é voltado para o interesse público e não possui fins lucrativos, caracterizando-se como uma organização pública não-estatal. O objetivo institucional era atender as necessidades sociais mais urgentes dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas “dificuldades sociais” e criar condições de seu progresso. Para isso, suas atividades consistiam no atendimento aos comerciários em “suas necessidades nas áreas de educação, saúde, alimentação, cultura, ação social, turismo, esporte e lazer” (SESC NACIONAL, 2003, p. 2).

Brandão (1997) informa que, atualmente, o SESC está presente em todas as capitais do país, de pequeno e de médio porte, sendo que, em muitas delas, é uma das poucas alternativas da população. São oferecidos serviços como creche, educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, pré-vestibular, medicina preventiva e de apoio, odontologia, nutrição, cinema, teatro, música, artes plásticas,

²⁰ Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={8168325E-BE8D-4973-9280-57E680D0CB36}&u=u>>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

dança, artesanato, biblioteca, esporte, ação comunitária e assistência especializada. Tais serviços não são mais prestados apenas aos trabalhadores do comércio de bens e serviços e sim à comunidade em geral, visando contribuir na construção de uma sociedade mais justa e constituindo-se assim, uma empresa cidadã que possui uma função social.

Tal concepção apresentada pelo SESC é no mínimo romântica e tendenciosa, por apresentar uma lógica de sociedade sem conflitos de classe, bem como uma burguesia supostamente humanizada e amadurecida socialmente, além de cada vez mais solidária e preocupada com o bem-estar do proletariado. Na verdade, o que aconteceu realmente, está muito longe disso.

A estratégia do empresariado na década de 1940, de instituir serviços sociais para seus operários, era uma ação voltada para a formação e reprodução do trabalhador, utilizada como meio de socialização controlada e disciplinada do operário e de sua família. Tal rede de serviços sociais oferecida pela empresa aos seus trabalhadores mantinha um forte conteúdo disciplinador, visando “adestrar” o trabalhador para conter o aumento da influência comunista, procurando assegurar um clima de cooperação, fraternidade e “solidariedade”, “para que, nos termos da Carta da Paz Social, fosse alcançado o equilíbrio social” (CESAR, 2008, p. 216). Apesar de se apresentar sob o manto da benemerência do empregador – tendo em vista o consenso dos trabalhadores – consistia numa atividade vinculada à racionalidade capitalista e de caráter político-repressivo.

É o que César (2008, p. 208) chama de “assistencialismo empresarial”. Para a burguesia industrial, as práticas assistenciais restritas ao âmbito das empresas estão subordinadas a uma racionalidade que não comporta nenhum sentido de redistribuição. Pelo contrário, são mecanismos assistenciais irrelevantes do ponto de vista financeiro para os empresários²¹ e, ao mesmo tempo, bastante rentáveis do ponto de vista produtivo, pois geram um aumento das taxas de exploração da força de trabalho.

²¹ Importante salientar que, o financiamento do SESC vem prioritariamente de contribuições compulsórias do setor do comércio, turismo e prestação de serviços. A alíquota de contribuição é de 1,5% do montante da remuneração paga aos empregados sobre a folha de pagamento, conforme artigo 3º do Decreto-Lei nº 9.853 que criou o SESC (BRANDÃO, 1997). Ou seja, mesmo seus empregados têm que pagar uma taxa para usufruir dos serviços prestados pela instituição.

Para o sucesso desta exploração e da preservação da força de trabalho em condições de plena produtividade, era preciso que a ação disciplinadora alcançasse o operário em sua casa, nos seus problemas pessoais, na sua formação técnico-profissional e nas esferas de sua vida social (ibidem). Iamamoto (2009, p. 271) revela que:

Pondo-o [o trabalhador] em condições compatíveis quanto à alimentação, educação, habitação para si e sua família e quanto à eficiência nos métodos de produzir, será possível superar sua subnutrição, estado físico precário, falta de responsabilidade e cooperação, sua ausência de esforço e desejo de melhorar, que estão na origem de sua instabilidade e causam enormes danos à produção.

É por isso que o SESC, e todo o sistema S, atua em diversas áreas como educação, alimentação, lazer, cultura, dentre outros. É o empresariado agindo nas áreas do comportamento do empregado, adjacente à sua inserção produtiva imediata, visando reorientar e amenizar a luta de classes produzindo “uma Força de Trabalho ajustada psicossocialmente (ideologicamente) ao estágio de desenvolvimento capitalista” (IAMAMOTO, 2009, p.266)

A criação de todo o sistema S se deu no limiar de um novo ciclo de expansão capitalista, propondo-se a atender as necessidades da atividade industrial determinadas pela conjuntura da década de 1940 (CESAR, 2008). Sua intervenção empresarial na questão social transcende o sentido de ação humanitária ou solidária e assume o objetivo de organizar um sistema de instituições sociais que permita a harmonização dos interesses de patrões e operários. É aquela “solidariedade” que já mencionamos anteriormente, sinônimo de consentimento entre as classes sociais, em que o operariado é chamado – de forma oculta – a abrir mão da solidariedade intrínseca à sua organização em nome de uma “solidariedade” com o empresariado (que lhe tem sido tão bom!). O trabalhador massificado, antes organizado em sindicatos, transformou-se num trabalhador propositivo e parceiro da empresa. Como elucida Gusmão (2000, p. 97): “as sociedades industrializadas recuperam o sentido de responsabilidade individual e em decorrência impõe-se a solidariedade para com todos, sem distinções”. Como se, por trás dos serviços sociais prestados pela empresa, não houvesse a tensão da exploração de uma classe sobre a outra.

É buscando o estabelecimento da ordem social, que a questão social passa a ser teorizada pelo empresariado sob a ótica da integração das amplas camadas da

população, buscando conquistar sua adesão para o processo de modernização e prevenir a expansão de “ideologias subversivas”. Até então, suas ações sociais eram concentradas na reprodução da força de trabalho contratada, tendo como base a focalização do emprego, enquanto as políticas residuais de assistência social para o restante da população ficavam a cargo do Estado e das instituições sociais e filantrópicas.

Com o desenvolvimento capitalista, a burguesia volta a buscar formas hegemônicas de consolidar sua dominação e passa a adotar uma agenda de preocupação com o agravamento da pobreza, não por razões solidárias e sim, por reconhecê-la como um entrave à modernização das economias e fator de instabilidade política. Assim, empresas como o SESC, que até o fim do regime militar priorizavam manter serviços sociais destinados aos seus próprios empregados, passaram a prestar um novo tratamento à questão social na transição da década de 1980 para a de 1990: elas se propuseram a intervir diretamente nas suas seqüelas, tendo em vista a “insuficiência” do Estado na gestão dos problemas sociais (CESAR, 2008).

É nesse contexto que o SESC estendeu seus serviços à população em geral – contudo, sob a disponibilidade de vagas e o pagamento de taxas – e hoje atua em todos os Estados brasileiros, com mais de cinco mil unidades de “assistencialismo empresarial” (CESAR, 2008, p. 208) – que procurava responder, prevenir e desvirtuar a pressão reivindicatória de seus empregados – cede lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade (IAMAMOTO, 2009).

Tal mudança de comportamento está relacionada às novas formas de organização da produção capitalista e ao modo de intervenção sobre as refrações da questão social, via contrarreforma. Os empresários buscavam homogeneizar suas propostas e redefinir seu papel no processo de desenvolvimento do país, buscando obter consenso e tornar as suas aspirações as das outras classes. Dessa forma, a aliança entre classes assume um papel central e é por isso que a “solidariedade” entendida como aliança política interclasses tem sido tão mencionada atualmente, de forma especial no âmbito empresarial da “responsabilidade social”. Percebe-se, claramente, esta lógica nas “Diretrizes gerais de ação do SESC” do ano de 2010, em que é afirmado:

Cabe ao Estado maior parcela de responsabilidade em direcionar e coordenar o esforço coletivo na direção do alcance de objetivos como

a acessibilidade a serviços públicos essenciais e de qualidade. Porém, um país melhor, onde todos vivam melhor, *será resultado do trabalho de todos e de cada um* (SESC NACIONAL, 2010, p. 9, grifos nossos).

Tal discurso neoliberal ao mesmo tempo em que responsabiliza o Estado pela miséria atual no mundo, propaga a ideia de um colaboracionismo entre as classes para a retomada do crescimento econômico, buscando quebrar a resistência dos trabalhadores e integrá-los a esta ordem inevitavelmente capitalista, investindo na construção de uma cultura persuasiva e na formação de consenso ativo em toda a população (CESAR, 2008).

Para isso, além de prestar serviços a toda à comunidade, o SESC criou o Programa Mesa Brasil – um Programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos, que tem como cerne a solidariedade (MESA BRASIL SESC, 2008a) – cujo objetivo é “atender, em caráter complementar, os segmentos sociais mais carentes e vulneráveis da sociedade” (SESC NACIONAL, 2003, p.2). Tal Programa será detalhado mais à frente, mas neste momento é importante assinalar que a “responsabilidade social” das empresas, especialmente do SESC, é uma estratégia que implica investimentos em programas sociais que, teoricamente, se voltariam para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade democrática e solidária. O discurso empresarial constrói a noção de uma suposta responsabilidade que a empresa assume, para além de suas obrigações legais, na perspectiva de complementar as iniciativas do Estado em conjunto com outras instituições, reforçando a ideologia da contrarreforma (CESAR, 2008).

Quando se lê: “é firmada a ideologia que afirma a superioridade da ação privada e que coloca nas mãos de cada indivíduo a responsabilidade maior pela sua vida e pelo seu destino, respeitadas as regras da convivência democrática” (SESC NACIONAL, 2010, p. 12), percebe-se que há abertamente uma tentativa de reafirmar um cenário em que muito pouco se deve esperar do Estado – ou que não se deveria esperar nada do Estado, já que a responsabilidade é de cada indivíduo – devido a sua incompetência, fazendo surgir a “empresa-cidadã”, a fim de liderar o processo de reconstrução social do país e expandir sua intervenção na sociedade, afirmando-se como classe dominante e dirigente. É aquele *pluralismo de bem-estar* que explicava Pereira (2004, p. 140): “o mercado afigura-se, assim, como um agente mais democrático que o

Estado na provisão do bem-estar, pois, diferentemente, deste, não se prende a regulamentos, monitoramentos e cobranças”. O Estado passa então “a fazer parte de um esquema *plural* ou *misto* na condição de co-responsável ou parceiro” (ibidem, p. 136, grifos da autora). Sendo assim, podemos inferir que a “responsabilidade social” das empresas é uma forma de camuflar novas estratégias de exploração.

Há um outro aspecto que merece destaque: a ação social empresarial, em geral, procura fortemente distanciar-se da ideia de caridade na mesma proporção em que busca aproximar-se da noção da cidadania. Porém, sua noção de cidadania aparece de forma difusa e abstrata, sem significar o conjunto de direitos universalizados e assegurados pelo Estado por força de lei, sob os postulados da igualdade jurídica formal (CESAR, 2008). E isso não se dá ao acaso. É necessário considerar a existência de uma elite empresarial consolidada no país. Isso significa que a formação, a participação e o papel político das elites empresarias são decisivos no delineamento das prioridades do Estado. Não é à toa que tenta-se igualar cidadania à solidariedade e voluntariado. Não é interesse nem das empresas e nem do Estado, que os trabalhadores se conscientizem de que são de fato cidadãos – independentemente de exercerem uma prática voluntária ou não – e que lutem por seus direitos. Mas é primordial criar uma “cultura do voluntariado” em que todos aqueles que se opõem a esta nova visão de cidadania são vistos como mesquinhos e egoístas por não quererem ajudar, e sim, apenas transferir a responsabilidade que é dos indivíduos para o Estado.

Esta noção de cidadania vinculada a “solidariedade” impulsiona valores colaboracionistas, em que empresários, trabalhadores e cidadãos devem estar – no mínimo – conscientes das dificuldades do Estado no enfrentamento da questão social e devem agir de forma pró-ativa gerando soluções inovadoras, mais ágeis, eficazes e eficientes. Como ilustra Cesar (2008, p. 261):

Cada cidadão indiferenciado abandona a postura passiva de “ficar esperando por uma ação do Estado” e toma para si por meio da solidariedade e da ajuda mútua, a responsabilidade de zelar pelo bem comum, semeando um futuro melhor para a coletividade, num presente sem conflitos e luta de classes.

Neste contexto, a solidariedade é desvirtuada para uma unificação de todos em prol do desenvolvimento da empresa e da sociedade. Os trabalhadores são conduzidos por um sentimento coletivo de busca por um bem comum, que necessita da participação

de todos para o bem de todos. Aqui, o mecanismo de poder burguês é um laço simbólico que associa os indivíduos por meio de relações de troca de obrigações cidadãs, ocultando as contradições existentes nas relações sociais (ibidem). O desenvolvimento do país dependeria do esforço solidário das forças que compõem a sociedade. Não há mais espaço para se falar em luta de classes. Não há mais distinção entre capital e trabalho, consumidor, trabalhador, empresa, sindicato. Com isso, a “solidariedade” interclasses garante uma acumulação capitalista sem conflitos e resistências, revestindo-a de boas intenções.

É importante observar que, quando o SESC menciona repetidamente os ganhos para a população assistida pelo Programa Mesa Brasil, busca o reconhecimento público de sua relevância para o desenvolvimento social e econômico do país, estendendo seus “tentáculos” para possibilitar a continuidade da hegemonia dos empresários.

Assim, Cesar (2008) aponta que a “responsabilidade social” hoje em dia é um fator essencial para a sobrevivência das empresas. Elas são apresentadas como apolíticas, lugares onde não existem interesses antagônicos, encobrindo a seletividade do acesso aos serviços. Do outro lado, resta aos excluídos a expectativa de se inserir nas políticas compensatórias de suas ações sociais, já que no âmbito estatal estão sujeitos a violência de serem abandonados, separados e hierarquizados de acordo com seu poder aquisitivo.

Deste modo, ora acusando o Estado pela sua ineficiência na gestão social, ora reconhecendo sua incapacidade em responder sozinho a ela, o SESC se propõe a colaborar por meio de ações e Programas sociais; neste sentido, destacaremos agora o Programa Mesa Brasil.

3.2 A funcionalidade do Programa Mesa Brasil para a desresponsabilização estatal

O Programa foi criado em 2003 no Estado de São Paulo e, conforme já mencionado, visa o combate à fome e o desperdício de alimentos. Segundo seu Plano de Ação publicado em 2008, sua missão é:

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida especialmente no que tange a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, através da doação de alimentos, da promoção de ações educativas e da *responsabilidade compartilhada* entre doadores,

entidades sociais e voluntários em todos os Estados do país. (MESA BRASIL SESC, 2008a, p. 3, grifos nossos)

O Programa conta, a nível nacional, com uma equipe formada por: um coordenador, um assistente social, um nutricionista, dois funcionários técnico-administrativos, motoristas, ajudantes e estagiários de Serviço Social e Nutrição. Funciona da seguinte forma: algumas empresas do ramo alimentício doam alimentos que, apesar de ainda estarem apropriados para o consumo, já não servem mais por não estarem mais em condições de serem comercializados, principalmente nas grandes redes de supermercados. São alimentos que já foram manipulados muitas vezes pelos consumidores e acabaram sendo descartados. O Programa, então, recebe tais alimentos e os repassa a algumas instituições sociais consideradas “carentes”. Assim sendo, “tudo aquilo que não é mais mercadoria, é agora um bem que vai ligar um doador a um receptor numa *rede de solidariedade*, que promove um país mais justo a cada dia” (MESA BRASIL SESC, 2006, p. 17, grifos nossos). Em síntese: o Programa realiza “a passagem bem sucedida de um alimento da condição inútil como mercadoria para aquela de componente útil no prato de alguém necessitado” (ibidem, p. 19).

Portanto, os usuários diretos do Mesa Brasil são as instituições sociais, que podem ser de educação infantil; apoio sócioeducativo; abrigos de crianças e adolescentes; abrigos de idosos; albergues para tratamento de pessoas com necessidades especiais e albergues para dependentes químicos. No ano de 2010 o Programa começou a estabelecer parceria também com instituições que atendem famílias por meio de distribuições de cestas básicas. Naquele ano contabilizavam-se 200 entidades sociais cadastradas como receptoras.

As empresas doadoras são, em sua maioria, redes de supermercados que doam seus alimentos “*com desprendimento e boa vontade*” (ibidem, p. 7, grifos nossos). Assim, o Programa orgulha-se de ser um mediador que promove a solidariedade para combater a fome e o desperdício de alimentos.

Interessante notar que tais empresas também se ajustam à lógica da “responsabilidade social” assim como o próprio SESC. Por trás do desprendimento e da boa vontade, Cesar (2008, 18) revela:

[...] as empresas que aderem às campanhas criadas por diversas entidades utilizam os respectivos *selos sociais, ecológicos e de*

qualidade em seus produtos e *logos*. Com isso, buscam ser revestidas de uma aura de “responsabilidade” que, por si só, parece *propiciar um diferencial* frente à concorrência no mercado (grifos da autora, grifos nossos).

Mesmo assim, o Programa prega que todos os colaboradores são movidos por sentimentos genuínos de solidariedade: “O Mesa Brasil existe para isso: alargar o espaço disponível para a solidariedade” (MESA BRASIL SESC, 2006, p. 16); “o trabalho realizado é uma *obra da mais pura solidariedade*, disponível para ser partilhada com as muitas pessoas interessadas em lutar contra a fome” (ibidem, p. 26, grifos nossos).

Para não ser caracterizado como assistencialista, o Programa promove ações educativas – em forma de palestras, na maioria das vezes – para as instituições beneficiadas. Ele não apenas “cria espaço para a solidariedade, como também para a transformação. Não se limita a trazer o alimento, o que caracterizaria apenas imediatismo, mas também se esforça para transmitir conhecimento” (ibidem, p. 19). Tais ações ocorrem, em geral, mensalmente.

Aqui, torna-se necessário fazer algumas considerações. O principal foco das ações educativas junto às instituições sociais é sobre o aproveitamento integral dos alimentos, ensinando os profissionais que trabalham nas cozinhas das instituições a fazer receitas, por exemplo, com as cascas de banana e melancia, talos de agrião e couve, dentre outros. Cabe um questionamento: será que ensinar a fazer receitas culinárias dos alimentos recebidos é suficiente para tornar o Programa não-assistencialista? O espaço das ações-educativas também está aberto ao Serviço Social e não apenas à Nutrição. Porém, o que acontece na grande maioria das vezes, são palestras práticas realizadas em cozinhas de alguma das instituições receptoras.

As instituições têm autonomia para sugerir temas de ações educativas de acordo com suas necessidades. Por exemplo: creches costumam sugerir palestras que abordem o tema da pedofilia e de como os professores e monitores podem identificar sinais de abuso sexual nas crianças; albergues para tratamento de pessoas com dependência química costumam pedir palestras que ensinem seus monitores a maneira adequada de agir com pessoas em situação de abstinência de drogas; e assim por diante. Dessa forma acontece também com a temática do aproveitamento integral dos alimentos. É um dos assuntos mais sugeridos, já que é com isso que todas as instituições

lidam no seu dia-a-dia: como alimentar um número determinado de pessoas sem que falte para ninguém. O Programa se propôs, de forma muito válida, a ensinar receitas alternativas e pouco conhecidas para aproveitar cada alimento ao máximo. Ótimo, não se pode tirar o mérito de tal ação. Porém, ensinar receitas não basta para tornar o Programa não-assistencialista. É preciso que se realizem ações educativas na temática da cidadania, para inserir as instituições na atual conjuntura capitalista, mostrando-lhes que, se hoje passam por tantas dificuldades para se manter, é porque o Estado acha que não tem mais responsabilidade para com elas: na verdade, o Estado não intervém a partir da lógica do direito social.

Outro ponto precisa ser problematizado neste aspecto do assistencialismo: no início do Programa, em 2003, o SESC preparava refeições (arroz, feijão e carne) e já as entregava prontas para as instituições. Atualmente, apenas repassa os alimentos recolhidos para que elas próprias preparem suas refeições. Tal mudança ocorreu porque o Programa se deu conta de que estaria adquirindo uma forma assistencialista, que implicava em comodismo e passividade por parte das instituições, como é possível verificar nos seguintes trechos:

A simples entrega de comida, sem qualquer outro tipo de relação, pode se constituir numa espécie danosa de transferência de responsabilidades – ainda que com a melhor das intenções. A experiência dos primeiros tempos do Mesa São Paulo comprovou que a relação com os beneficiados poderia terminar em comodismo (MESA BRASIL SESC, 2006, p. 91)

E ainda: “as instituições deixaram a situação de passividade – de quem recebe comida pronta, de bandeja – e agora teriam que preparar os alimentos entregues” (ibidem, p. 24). Ou seja: para o Programa, o dano causado pelo assistencialismo se resume a causar um comodismo nos beneficiários. Não é mencionado em todo o documento o debate sobre o assistencialismo a partir da sua carga histórica que confunde direito com favor, ou seja, dá-se quando pode e se há possibilidade.

As instituições receptoras e as empresas doadoras são visitadas pelo profissional do Serviço Social ou pelo da Nutrição – conjuntamente com os estagiários – antes de serem cadastradas. Além desta primeira visita institucional, são realizadas visitas anuais às instituições receptoras para acompanhá-las, entretanto, longe da perspectiva da orientação e da identificação das necessidades destas entidades. Muitas

delas sentem-se vigiadas e tentam maquiar a realidade para os profissionais, temendo deixar de receber os alimentos. Verifica-se que falta um maior esclarecimento do motivo das visitas, bem como um planejamento desta ação fundamentada na concepção do acesso e em princípios educativos que efetivamente orientem as entidades beneficiárias. No entanto, parece que este último objetivo não está claro nem mesmo para a equipe do próprio Programa, pois no documento já mencionado, afirma-se que “as visitas às instituições que recebem as doações servem para, além de verificar as instalações de cada uma, conhecer o tipo de gente que precisa da comida e notar a qualificação das cozinheiras” (ibidem, p. 74).

O cadastramento das instituições sociais receptoras no Programa só será realizado se estas atenderem a cinco critérios:

(1) Serem legalmente constituídas; (2) que realizem um trabalho social e/ou educativo; (3) disporem de local próprio para preparar e servir as refeições; (4) concordarem em participar de estágios de treinamento, cursos e oficinas a serem ministrados pelo Mesa, em busca da melhoria da qualidade das refeições oferecidas, da diversificação do cardápio e do aproveitamento integral dos alimentos usados; e (5) oferecerem gratuitamente os gêneros recebidos ou as refeições preparadas com eles (MESA BRASIL SESC, 2006, p. 138)

É necessário apontar que, as instituições que faltarem a três ações educativas ao ano, sem apresentar justificativa, são desligadas do Programa. Constatou-se, dessa forma, que o Mesa Brasil é seletivo e não tão solidário assim.

É fato que o Brasil possui um dos maiores índices de desperdício de alimentos do mundo. E também é fato que, na contrapartida, milhões de brasileiros passam fome. Todavia, não é um Programa do “terceiro setor” que irá resolver esta seqüela da questão social. Para a construção de uma sociedade igualitária, a erradicação da fome certamente é um dos primeiros passos que devem ser tomados, mas no âmbito estatal, onde verdadeiramente podem surgir Programas e políticas universais baseados numa solidariedade que não oculte a exploração do homem pelo homem²². O Programa Mesa Brasil possui um enorme potencial de ser um viabilizador de uma verdadeira transformação social, a partir de ações educativas voltadas para o exercício da

²² Cabe destacar que este caminho se constitui como um dos passos, porque a verdadeira emancipação humana, o fim da desigualdade e da fome social, só é possível por meio de outra sociabilidade para além do capital, sem exploração de classe e com o fim da propriedade privada.

cidadania. Dessa forma, duas centenas de instituições sociais – e milhares de cidadãos atendidos por elas²³ – teriam a oportunidade de entender a conjuntura em que vivem e o real motivo de terem grande parte de seus direitos violados pelo Estado. É assim que se constrói uma sociedade mais justa, e não ocultando aos oprimidos a informação básica e essencial de que estes são diariamente explorados pela burguesia e pelo Estado, e que ainda promovem ações “solidárias”, sendo que, na verdade, são ações paliativas, acrílicas e que visam uma exploração cada vez maior.

É necessário também problematizar um outro ponto importante: porque uma parte considerável dessas entidades cadastradas não recebe verba alguma do Governo do Distrito Federal? Sabe-se que acontece uma transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Porém, muitas vezes esta não recebe sequer um suporte mínimo para responder mesmo que de forma precária à questão social. Dentre as entidades que conseguiram estabelecer parceria com o GDF – aquelas consideradas aptas, segundo várias exigências –, verifica-se em Behring (2003a), que esta parceria não assegura o compromisso do Estado com os aportes de recursos necessários à sobrevivência dessas instituições sociais. Não há nenhum documento jurídico-legal que garanta o compromisso do Estado com tais instituições, estando elas sujeitas as mais diversas dificuldades.

Montaño (2008) esclarece que quando o Estado estabelece parceria com determinada ONG e não com outra; ao financiar uma, e não outra; ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está desenvolvendo uma tarefa seletiva que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionados pelos governos. Tais entidades estão fortemente condicionadas – sua sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – pela política governamental. Não tem a autonomia que pretendem e precisam saber disso.

No documento referente aos dez anos do Programa, chega-se a mencionar que “os valores da rede lançada pelo Mesa Brasil envolvem o trabalho voluntário e a solidariedade para substituir a fome pela cidadania” (MESA BRASIL SESC, 2006, p. 95); e mais adiante: “conseguir cumprir o objetivo do Programa de maneira permanente, pode significar o estabelecimento de um direito” (ibidem, p. 104). Como é possível que

²³ Números referentes apenas ao Programa em Brasília.

um direito possa ser estabelecido por uma instituição de direito privado do “terceiro setor”, sem continuidade, a depender da “solidariedade” empresarial? Simplesmente não é possível. O único que pode estabelecer e assegurar direitos é o Estado, que é propagado como burocrático e ineficiente pelo mesmo Programa: “O Mesa deve muito de sua agilidade ao fato de ser um Programa que dispensa o excesso de burocracia que atrapalha o poder público” (ibidem, p. 137).

Outra questão importante é o mencionado voluntariado. Na atual conjuntura, este é mais um meio de exploração da motivação individual das pessoas em benefício da promoção da “solidariedade” neoliberal. E o Programa Mesa Brasil é um de seus grandes promotores, como se pode conferir: “o Programa tem uma forma especial de se multiplicar: a formação de redes que supõem a solidariedade como gesto essencial, e o trabalho voluntário como norma” (ibidem, p. 27). O voluntariado é tão importante para o desenvolvimento do Programa que foram publicados dois documentos em 2008: o “Manual do Voluntário” e o “Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado” que serão analisados no próximo item.

3.3 O Mesa Brasil e o voluntariado

Primeiramente é necessário explicar que, de acordo com Araujo (2008), o trabalho voluntário é um ato humano que, por sua natureza, produz e reproduz elementos culturais contidos na concepção da assistência social. A vontade de ir ao outro é o elemento essencial, por ser a forma que os voluntários encontram para demonstrar a sua insatisfação com uma realidade de desigualdades sociais: “o voluntário sensibiliza-se, devido às suas inquietações, frente às necessidades sociais que constata na população que sofre o processo de exclusão social” (ibidem, p. 43).

O mesmo autor esclarece ainda que a modalidade de organização do trabalho voluntário é definida como voluntariado, que também pode ser entendido como um “conjunto de indivíduos que se dispõem a desenvolver um trabalho social junto a uma organização social ou a um programa institucional” (ibidem, p. 42).

O “Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado” foi elaborado pelo SESC com o propósito de “instrumentalizar os coordenadores e as equipes de execução do Programa Mesa Brasil SESC, nos diferentes Departamentos Regionais, para o processo de implantação e gestão de seus Projetos e Voluntariado” (MESA BRASIL

SESC, 2008b, p. 7). Visa ainda, orientar os coordenadores quanto à legislação²⁴ acerca do serviço voluntário para alertá-los quanto a possíveis problemas:

[...] é necessário um claro estabelecimento da distinção entre voluntário e empregado. A lei protege as organizações contra a ação de alguns poucos que se apresentavam e trabalhavam como voluntários, para em seguida, tentar forjar um vínculo empregatício com a instituição com a qual colaboravam (ibidem, p. 12).

Os voluntários podem prestar seus serviços em três áreas: técnica (ministrando palestras das ações educativas, captando doadores, etc.), operacional (coletando, selecionando e distribuindo alimentos) e administrativa (auxiliando no apoio na digitação de fichas de cadastro de instituições; realizando atendimentos telefônicos para esclarecimento de dúvidas; organizando arquivos; etc.).

O documento afirma que o recrutamento de voluntários deve ser bem planejado e a seleção deve ser criteriosa, para que se possam conhecer quais candidatos satisfarão as necessidades do Programa:

são realizados procedimentos como entrevista, avaliação de currículo, aplicação de dinâmicas de grupo, etc., para que se faça uma triagem, e que por intermédio dessa prática possam ser apontadas as pessoas que apresentem perfis e personalidades mais próximos do necessário para a organização (ibidem, 28-29).

O recrutamento deve acontecer especialmente com donas de casa; aposentados; pessoas que estão mudando de profissão; membros de diversas igrejas; grupos de auto-ajuda; associações de bairro; pessoas em recuperação de doença, dependência química ou trauma emocional; dentre outros (ibidem).

É ressaltado que o SESC deverá sentir-se tranqüilo para contra-indicar candidatos que não preencham os requisitos preestabelecidos, ou desligar o voluntário quando este deixar de atender ou não mais se adequar às necessidades da instituição (ibidem).

²⁴ O serviço voluntário é definido pela Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Nela é afirmado que o voluntariado é uma atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública, de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Segundo define a Lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim (BRASIL, 1998).

Diante disso, torna-se necessário realizar uma séria análise: não se pode esquecer que, os governos brasileiros, na execução de suas assistências sociais, captam valores como solidariedade e voluntariado e os direcionam politicamente para seus interesses, o que vem a provocar distorções nos processos sociais:

Em síntese, a utilização do voluntariado pode ser uma estratégia governamental, uma conjunção de ensinamentos julgados verdadeiros que *ocultam intenções obscuras* por parte do Estado ao *apelar para a boa vontade* de seus cidadãos, para a execução de ações assistenciais. Em outras palavras, o voluntariado foi e é aplicado de maneira subliminar por parte dos governos brasileiros à sociedade civil, para que venha a ocorrer a *degeneração dos processos sociais de participação das populações excluídas*. Nessa intenção, pode-se dizer que se trata de um ardil governamental no qual ficam expostos os agentes voluntários doadores devido a sua abnegação, aos desejos, as suas crenças, interesses simbólicos, tornando-se apaziguadores de conflitos sociais (ARAUJO, 2008, p. 43, grifos nossos)

Ou seja, o voluntariado trabalha com os seus recursos pessoais: sua personalidade, disponibilidade afetiva, intelecto e informações. Por tais recursos serem de caráter subjetivo, as empresas em parceria com o Estado, infundem uma ideologia moralizante nos voluntários, que acabam propagando esta ideologia aos beneficiários dos Programas em que trabalham.

Importante frisar que não se trata de enxergar o voluntário como um indivíduo facilmente manipulado e acrítico, mas sim de perceber que sua subjetividade está constantemente sendo atacada para cair em armadilhas como culpabilizar os indivíduos pelas refrações da questão social. Além disso, o voluntário não tem preparo técnico, muito menos ético e político, para intervir nas várias situações sociais a que estão convocados. Ele está sujeito a relações sociais de caráter perverso. Embora pensem que estão agindo com um ideal superior, suas atitudes muitas vezes manifestam relações de ajuda, favor e preconceito, ancoradas numa “solidariedade” desvirtuada.

É o que acontece com o Programa Mesa Brasil. Segundo o seu “Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado”, “a participação na resolução dos problemas da sociedade é um dever de cada cidadão” (MESA BRASIL SESC, 2008b, p. 18). É infundido nos voluntários a ideologia de que, aqueles que são atendidos pelas instituições sociais são responsáveis pelas situações de desigualdade em que se encontram.

É um grande risco quando estes voluntários entram em contato, por exemplo, com albergues para tratamento de pessoas com dependência química. Ao entrar na entidade para entregar os alimentos e ali encontrar pessoas em situação de drogadição, pode-se desencadear julgamentos e valorações quanto ao caráter daquelas pessoas, marginalizando-as mais ainda, caracterizando um processo perverso de culpabilização das vítimas.

Conforme observado no item anterior, o SESC é uma empresa que propaga a ideologia neoliberal. Portanto, para que o serviço voluntário no Programa seja eficaz, do ponto de vista capitalista, é aplicado até mesmo um “questionário de motivação pessoal”, para que se possa identificar qual o tipo de motivação dos candidatos a voluntários e aonde eles se encaixariam melhor (MESA BRASIL SESC, 2008b, anexo VII), como se segue:

- Aqueles que possuem mais “respostas (a)” são pessoas motivadas pelo poder e devem ser inseridas em trabalhos que lhes permitam persuadir as pessoas; trabalhos que lhes permitam interagir com altos dirigentes; socializar com pessoas de autoridade e certa influência; a equipe deve lhe fornecer uma descrição do seu trabalho e do cargo que lhe impressione bem; além de conceder oportunidades para vender os serviços da organização (ibidem).

- Aqueles que possuem mais “respostas (b)” são pessoas consideradas motivadas pelo afeto e emoção. Para mantê-las no Programa, devem-se realizar reconhecimentos na presença de seus colegas e membros da família; menção nos boletins ou comunicados da empresa; nome e fotografia em áreas públicas da instituição; cartas a membros da família agradecendo por compartilharem o tempo do voluntário com a empresa; felicitações junto a seus amigos; dentre outros (ibidem).

- Aqueles que possuem mais “respostas (c)” são pessoas motivadas por realização pessoal. A equipe deve lhe proporcionar oportunidades para criar ideias inovadoras; cartas de recomendação e reconhecimento aos seus superiores ou aos jornais por um trabalho específico; trabalho com avaliações constantes para marcar os êxitos; trabalhos que ofereçam maior responsabilidade; trabalhos que ofereçam oportunidade de superar um recorde numérico (seja financeiro, ou de clientes atendidos); dentre outros (ibidem).

A essência motivacional do voluntariado pode ser de ordem religiosa, psicológica ou buscando alguma espécie de ganho pessoal. Na maioria das vezes, a tônica é a doação, interseccionando-se a aspectos de valores religiosos, associados a necessidades psicológicas, como formas de compensar inquietações frente a problemas sociais (ARAUJO, 2008).

O Programa Mesa Brasil apropria-se destas diferentes motivações individuais para fazer uso em seu favor e não do voluntário. Tal classificação realizada em grupos (a), (b) e (c) visa o maior ganho possível para a empresa. A equipe de profissionais contratados pelo SESC é muito pequena para prestar serviços a mais de 200 entidades sociais: em média sete pessoas, além de ajudantes e estagiários. Apesar de todos estarem constantemente sobrecarregados, é mencionado aumentar o número de voluntários, não de profissionais; aqui parece que o empregado/trabalhador é mesmo substituído pela figura do voluntário.

As motivações dos indivíduos são estrategicamente empregadas para o sucesso do Programa. Ainda a esse respeito, Bonfim (2010) expõe que uma das funcionalidades da “cultura do voluntariado” é enxergá-lo como uma alternativa de ocupação diante do crescente desemprego estrutural e subemprego. Os voluntários que estão desempregados não se vêm assim, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de um sentido social. Esta perspectiva é funcional ao neoliberalismo, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados. Além desse sentimento de utilidade e inclusão, vivenciado por meio de uma ação voluntária, essa prática funciona também como uma falsa esperança de retorno ao mercado de trabalho.

É oportuno destacar que quando o candidato a voluntário é aprovado para ingressar no Programa, recebe o “Manual do Voluntário”, um documento elaborado para que ele possa compreender seus direitos e responsabilidades enquanto voluntário. Logo nas primeiras páginas, diz-se que:

[...] o povo brasileiro tem uma longa história de solidariedade e serviço voluntário. O sentimento de ajudar ao próximo vem crescendo perante os grandes problemas sociais do país, como a fome e a pobreza, por exemplo (MESA BRASIL SESC, 2008c, p. 8).

Bonfim (2010, p. 13) contradiz esta informação:

Seria um equívoco achar que o incentivo às atividades voluntárias, tão aplaudidas nos dias de hoje na sociedade brasileira, se deu em virtude do amadurecimento da sociedade civil, ou da consciência cidadã ou mesmo do fortalecimento da democracia, como pensam alguns teóricos e defensores desta “cultura”.

Sabemos que, todo o incentivo ao voluntariado atualmente, está relacionado ao conjunto de determinações de ordem econômica, política e ideológica que o atual estágio capitalista tem difundido.

A mesma publicação do SESC faz um grande apelo para incentivar o voluntário que recém integrou o Programa: “parabéns por sua iniciativa de fazer parte desta *nobre missão de ajudar o próximo* e contribuir para o desenvolvimento da comunidade!” (MESA BRASIL SESC, 2008c, p. 5, grifos nossos). E mais adiante:

Ao assumir a atitude de ser voluntário, você estará participando, de forma efetiva, da luta por uma sociedade melhor, com menos injustiça, menos violência e menos desigualdade. Ou seja, você estará ajudando a quem precisa, ao mesmo tempo em que contribui com a construção de um lugar muito melhor para você, sua família e seus amigos viverem (ibidem, p 7).

O sentimento de utilidade dá sentido à vida dos envolvidos, pois promove simultaneamente, um desejo de ajudar e ser ajudado. Mesmo sendo inicialmente imbuído por um sentimento de caridade, é possível que o voluntário possa de fato contribuir para uma sociedade mais justa, a partir do momento que se luta verdadeiramente em favor dos excluídos, e não apenas na aparência, sendo guiado – mesmo que não intencionalmente – pela ideologia capitalista, a partir de instituições com forte vínculo com o mercado. O voluntariado pode ser uma forma coletiva e política de resistência e de enfrentamento, por meio da participação crítica e propositiva aos mecanismos de desigualdade e exclusão social.

Sim, estamos numa conjuntura em que precisamos incentivar o voluntariado. Porém, um voluntariado que entenda que está inserido numa sociedade complexa, repleta de tensões e interesses divergentes de classes. Um voluntariado que tenha capacidade de visualizar a sua ação além dos limites impostos pela situação apresentada, caminhando em busca do horizonte da emancipação. O voluntário deve ser um agente social ético, que não se omita frente ao egoísmo e à falta de solidariedade da sociedade capitalista.

Araujo (2008) relata que o voluntariado pode ser direcionado conforme necessidades e interesses, manifestados ou não pelo Estado. Dependendo do lugar em que se situa, toma características próprias, podendo ter como propósito a ampliação dos seus âmbitos de ação e disposição para a luta, trabalho que exige tempo de dedicação, podendo variar de acordo com necessidades e possibilidades apresentadas. A dedicação, aliada à racionalização, é componente importante, implicando a análise crítica da realidade para que não ocorram ações desprovidas de atributos ético-políticos. Ainda de acordo com o autor,

O voluntariado é um movimento de capacitação para a visão crítica, tendo como metas a produção de uma nova cultura política e o agir consciente, para melhores condições de vida mais igualitária e de justiça social. É uma mobilização que deve se expressar na política de assistência social, fundamentada como direito social, posição primordial de ampliação da cidadania (ARAUJO, 2008, p. 70).

Diante do exposto, pode-se concluir que o SESC está integrado ao processo de intervenção social do empresariado no Brasil, que vem sendo difundido como prática do exercício da “responsabilidade social” por parte das corporações capitalistas, reforçando o reordenamento das esferas pública e privada na prestação de serviços sociais, condizente com o movimento de desresponsabilização do Estado.

Viu-se que a ideia da “responsabilidade social” corporativa ganhou consistência no meio empresarial, sendo traduzida como o conjunto de atividades que a empresa realiza para atender, internamente, às necessidades dos seus empregados e dependentes e, externamente, às demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, preservação do meio ambiente e desenvolvimento comunitário, entre outras. Dessa forma, assumem um discurso colaboracionista que vai de encontro às reformas neoliberais. Passa-se de uma sociedade organizada por referência aos direitos fundamentados na solidariedade universalista para uma sociedade organizada pela ação “solidária” privada que visa despolitizar os conflitos sociais; gerar uma auto-responsabilização dos sujeitos pelas sequelas da questão social e, concomitantemente, criar uma cultura do possibilismo, difundindo uma ideologia de que basta se esforçar para melhorar de condição social.

Assim, percebemos que o Programa Mesa Brasil contribui ativamente para que haja uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora, propondo

uma relação mais amena e pouco contestadora da ordem social vigente. Tudo isso sob o convincente véu da “solidariedade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida pelo presente trabalho não esgota as possíveis reflexões a respeito da solidariedade e do voluntariado inseridos na dinâmica neoliberal do “terceiro setor”. Ou seja: “concluir” este Trabalho de Conclusão de Curso não implica em encerrar todas as análises acerca desta temática, e isto ocorre porque, a totalidade é sempre mais rica que qualquer pesquisa possa reconstruir, sendo possível apenas sucessivas aproximações.

A conjuntura em que vive a sociedade contemporânea é fruto de um sistema que tem por primazia a propriedade privada e a exploração de uma classe sobre a outra, constituindo, assim, a sociabilidade capitalista. O caráter social da produção e o caráter privado da apropriação são os alicerces da contradição essencial do capitalismo, fazendo surgir crises cíclicas inerentes a tal modo de produção.

A maior delas, ocorrida em 1929, gerou repercussões negativas em muitos países comprometendo a situação econômica global, fato que redundou na Segunda Guerra Mundial. A partir desta crise foi constatada a necessidade de um Estado regulador para enfrentá-la. É dessa forma que nasce o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), caracterizado por ser protetor e defensor do social, além de ordenador da economia. Era baseado numa solidariedade que identifica o Estado como um assegurado de direitos sociais e que enxerga as necessidades sociais dos cidadãos não como meras dificuldades individuais e sim, como sendo de responsabilidade pública. Dessa forma, a questão social fica a encargo do conjunto da sociedade por via do Estado, pois neste contexto “a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades” (VIANA, 1998, p. 11). Assim, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma grande expansão da economia.

Após este período de expansão, na década de 1970 iniciou-se mais uma crise do capital, que reconfigurou o cenário mundial. O capitalismo se reorganizou numa série de reajustes e reconversões que deflagraram novas tensões. Neste momento histórico, a solidariedade assumiu um sentido bem diferente daquele presente no *Welfare State*: os antigos mecanismos estatais produtores de solidariedade, como o sistema de seguros sociais, desintegraram-se e o capital recuperou o sentido de responsabilidade individual, vendendo a concepção de uma “solidariedade” para com

todos, sem distinções, que carrega um sentido ideológico de aliança política e de colaboração interclasses.

É assim que a onda neoliberal atinge o mundo deixando a maioria da população entregue à própria sorte ou, na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de “solidariedade”.

Neste período da década de 1970, o Brasil vivenciava uma lenta e gradual abertura do regime militar, num processo de transição para a democracia. Os anos 1980 foram marcados pelas grandes conquistas democráticas que desaguaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, que pretendeu contrariar a tendência neoliberal, contemplando vários avanços inéditos e trazendo a mesma solidariedade presente no *Welfare State* como meio de se alcançar a universalidade de direitos. Segundo Netto (1999, p. 77), a Constituição apontava para “uma espécie de Estado de Bem-Estar Social” compatível com as exigências dos setores democráticos por justiça social, equidade e universalidade.

Entretanto, o novo “pacto social” coincidiu justamente com o aprofundamento dos processos desencadeados internacionalmente, que punham o *Welfare State* em questão e que, por isso, atacavam fortemente os mecanismos de regulação estatal. Assim, as possibilidades de efetivar o essencial da Constituição tornavam-se problemáticas, considerando a assincronia entre os postulados que orientavam a Carta constitucional e as tendências neoliberais nos países centrais (NETTO, 1999). O Brasil, então, fez uma opção política em favor do capital e integrou-se à ordem econômica mundial. Como consequência, o processo de reestruturação capitalista – voltado para a desoneração estatal perante as necessidades sociais da população – ergueu-se e fincou raízes no Brasil, especialmente a partir da década de 1990 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Behring (2003a) explica que, durante tal governo, iniciou-se a contrarreforma do Estado, um processo composto por um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira. Há um retorno às famílias e às instituições sem fins lucrativos – o chamado “terceiro setor” – como agentes do bem-estar em substituição à política pública.

Em relação a isso, Pereira (2004) esclarece que, no Brasil, sempre existiu uma relação entre Estado, mercado e setores voluntários, pois a prática espontânea da ajuda

mútua tem sua origem numa estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora. Percebendo esta prática, os governos brasileiros, a partir da contrarreforma, utilizam-se dela para montar uma armadilha: recorrendo a apelos cívicos e morais, dirige politicamente a solidariedade e o voluntariado para os seus objetivos e interesses (ARAUJO, 2008).

Pode-se afirmar que o governo estimula o voluntariado tanto para diminuir seus gastos sociais (redirecionando-os para outras áreas de interesse do capital) como para desmobilizar politicamente a população excluída, obscurecendo o processo de desmonte de direitos sociais. Dessa forma, o Estado consegue apaziguar as tensões de classe, ocultando suas intenções obscuras ao apelar para a boa vontade de seus cidadãos. Subliminarmente, tal estratégia degenera os processos sociais de participação das populações assistidas, ficando estas expostas à abnegação e aos desejos e interesses dos voluntários (ARAUJO, 2008). Ou seja: o trabalho voluntário desarticula a possibilidade de mobilização dos sujeitos do ponto de vista coletivo, dificultando a organização de movimentos de tensão e resistência com cobrança de serviços e direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Neste contexto de desresponsabilização estatal, sociedade civil confunde-se, propositalmente, com “terceiro setor” e passa a significar a esfera das associações voluntárias, da “solidariedade” e da filantropia. Torna-se um termo apropriado e funcional ao projeto neoliberal na sua nova modalidade de trato da questão social, reforçando cada vez mais a lógica da concessão no que tange as políticas sociais pela via da despolitização. Assim, fortalecer a sociedade civil, neste momento, passa a ser sinônimo de diminuir as responsabilidades do Estado e enfraquecer os sujeitos e as instituições sociais que visam o confronto com a hegemonia do capital (DURIGUETTO, 2005). Na verdade, é imprescindível compreender que a sociedade civil é uma esfera de luta de classes, arena de conflitos, interesses e tensões de classes na disputa pela hegemonia. A partir do momento que o enfrentamento das expressões da questão social passa a ser prioritariamente da sociedade, as práticas de benemerência ganham espaço, refilantropizando-se a questão social.

Nota-se que a contrarreforma também propiciou na década de 1990, o surgimento de uma reação por parte do empresariado no sentido de adotar um enfoque supostamente mais comprometido com a mudança social no país, disseminando a

proposta de um capitalismo de cunho social. É dessa forma que os empresários – conjuntamente com o Estado – se organizam para exercitar sua condição de classe dirigente, neutralizando os projetos sociais antagônicos, não apenas pela força e coerção, mas sim por meio da formação de um consenso. Como afirma Cesar (2008, p. 243), “o empresariado brasileiro, que, historicamente, não se ‘sentiu’ responsabilizado pelos ‘problemas sociais’ passou a assumir um discurso colaboracionista com o desenvolvimento social do país”.

É nesse cenário que o Serviço Social do Comércio (SESC) está inserido, tendo sido criado pelo empresariado com o objetivo formal de atender as necessidades sociais mais urgentes dos trabalhadores do comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas “dificuldades sociais” e criar condições de seu progresso (SESC NACIONAL, 2003, p. 2). Para demonstrar sua preocupação e “responsabilidade social”, estendeu primeiramente sua prestação de serviços à comunidade em geral e em seguida – em caráter complementar – criou ações e Programas para responder as necessidades sociais das pessoas “carentes” da comunidade (ibidem).

Na verdade, vimos que o SESC foi criado visando à manutenção e o aumento da exploração da força de trabalho dos operários do comércio. Além disso, suas ações e Programas sociais são expandidos à comunidade em geral, mas não por meio de um processo de tomada de consciência social por parte do empresariado. Pelo contrário: seu objetivo é difundir a ideologia da solidariedade interclasses, que promove um pensamento em que todos precisam ajudar-se mutuamente para cumprirem seus papéis de cidadãos, auxiliando aqueles que foram acometidos por alguma “desvantagem” econômica, de origem individual; distante da origem real das desigualdades sociais, ou melhor, de classes. Dessa forma, neutraliza-se a luta de classes e estabelece-se a hegemonia necessária para o sucesso das “reformas” neoliberais.

Nesta perspectiva, o SESC articula propostas para direcionar investimentos em ações focalizadas no combate à pobreza, por meio de Programas como o Mesa Brasil. Notou-se que a instituição pretende universalizar uma concepção de mundo de um capitalismo renovado, capaz de construir uma sociedade justa e igualitária no futuro.

É assim que podemos responder a questão de pesquisa levantada por este trabalho: como o “terceiro setor”, particularmente o SESC e o Programa Mesa Brasil tem se apropriado da temática da solidariedade na conjuntura capitalista atual em

direção a alteração do padrão de enfrentamento da questão social? Concluímos que, apesar de possuir em seu discurso o argumento de lutar “por uma sociedade melhor, com menos injustiça, menos violência e menos desigualdade” (MESA BRASIL SESC, 2008c, p. 7), o Programa Mesa Brasil baseia-se em ações voluntárias e fragmentadas que chamam a sociedade civil não para fortificá-la como ente político, mas para repassar para ela o que seria de responsabilidade do Estado em termos de políticas públicas. Deste modo, contribui para o enfraquecimento da representatividade do Estado, jogando para a sociedade civil o encargo de resolver a desigualdade social (como se isto fosse possível em uma sociedade pautada pelos interesses de classes divergentes) e, conseqüentemente, despolitizando a população. Assim, colabora com a refilantropização da questão social, que transforma direitos em ajuda, favor e “solidariedade”.

Está claro, portanto, que a hipótese levantada por esta pesquisa está confirmada, já que estava pautada na ideia de que o Programa Mesa Brasil do SESC/DF apresenta em seu discurso formal a universalização dos direitos e o combate à exclusão social, porém, sua prática se dá por meio de ações pontuais e fragmentadas, estando assim voltada para o fortalecimento do projeto neoliberal, por meio da colaboração com a transferência da responsabilidade estatal para o “terceiro setor”.

A partir desta problematização, espera-se que este trabalho tenha contribuído para o debate lúcido, e em sua essência, acerca da solidariedade e do voluntariado na atual conjuntura, além de colaborar para uma atuação profissional dos assistentes sociais que seja cada vez mais crítica e articulada com a totalidade social. Atualmente, a essência da questão social é mascarada e suas contradições não são mais problematizadas. Tal debate é essencial para que os profissionais reconheçam as contradições e os antagonismos que circundam as relações sociais, para poder intervir na realidade de forma coerente e articulada como nosso projeto de profissão: ético e político. Concorde-se com Duarte (2011, p. 99), quando diz:

As estratégias de consenso legitimam as alterações necessárias ao momento sócio-histórico de reestruturação geral capitalista. Para garantir as mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, é necessário convencer e fragilizar a classe trabalhadora em torno das reformas de interesse da classe dominante. Por isso, o discurso da crise do Estado, solidariedade e participação da sociedade civil, por meio do “terceiro setor” e das ONGs precisa ser problematizado e

questionado no cotidiano da intervenção das mais diversas profissões, inclusive do Serviço Social.

Especialmente os profissionais que se encontram em instituições do “terceiro setor” precisam ter a convicção de que as desigualdades sociais com que trabalham são fruto da exploração de uma classe sobre a outra. Ou seja, a sua limitada intervenção inserida apenas na instituição em que prestam serviços, não é capaz de resolver plenamente, e por si só, a questão social. É preciso ir além.

É preciso que tais profissionais desvelem e lutem, de forma coletiva, contra a lógica que o Estado vem empregando, em seus discursos, da palavra solidariedade como sinônimo meramente de auxílio e ajuda. Seus apelos de cunho emocional e religioso são voltados para o particular, para a caridade e para a filantropia, mantendo os cidadãos numa postura passiva diante do Estado: de solicitantes e não como parte de um coletivo atuante, ou seja, que questiona, problematiza, enfrenta, distante da lógica da colaboração. Quando os governos agem assim, estão ocultando o atributo principal da solidariedade, que é a força de combate à exclusão social.

Não podemos perder de vista o horizonte da luta e possibilidade de uma outra sociedade. É possível imprimir uma direção social em nossas ações cotidianas rumo a um exercício profissional mais consciente e comprometido com o Projeto ético-político do Serviço Social.

É preciso ainda, incentivar a organização de segmentos da sociedade civil, vinculados aos reais interesses da classe trabalhadora, que reproduzam uma solidariedade fundada no reconhecimento e na expansão da cidadania e da dignidade do ser humano. Esta solidariedade que fortalece e torna os trabalhadores resistentes às constantes ameaças e formas de exploração.

Quando o profissional do Serviço Social está inserido numa instituição em que há voluntários, ele pode contribuir para que estes adquiram uma consciência crítica da realidade e para que trabalhem com as populações rumo a um processo social cujo horizonte é a emancipação. Por isso, também é intenção deste trabalho, estimular novos estudos e pesquisas sobre a temática da solidariedade em tempos neoliberais.

Cabe ressaltar que, em nenhum momento foi objetivo deste trabalho emitir juízos de valor ou desqualificar as instituições do “terceiro setor”, especialmente o SESC e o Programa Mesa Brasil, ou os profissionais que lá trabalham. A finalidade

sempre foi analisar as entrelinhas do discurso governamental acerca da solidariedade e refletir sobre a funcionalidade deste espaço sócio-ocupacional para a atual conjuntura, contribuindo para a resistência a esta lógica que a cada dia caminha transformando nossos direitos em favores.

Quando estamos diante de nossos usuários, não podemos negar a forma perversa e concreta com que a conjuntura capitalista se manifesta em suas vidas. Aos nos conformarmos com tal sociabilidade, estamos reproduzindo as desigualdades geradas pelo capital. Espera-se que este trabalho tenha contribuído – mesmo que seja apenas uma “gota no oceano” – com a luta e o enfrentamento de assistentes sociais (e também profissionais de outras áreas) do mundo inteiro contra a exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. **Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.80, p. 94-110, 2004.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER; GENTILI (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 6 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Edição Revista e Ampliada. São Paulo, Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003a.

_____. **Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.73, 2003b, p. 101-119.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BONFIM, Paula. **A cultura do voluntariado no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. São Paulo, Cortez, 2010.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Sesc: 50 anos**. São Paulo, SESC, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CESAR, Monica de Jesus. **Empresa cidadã: uma estratégia de hegemonia**. São Paulo, Cortez, 2008.

COMBESSIE, Jean-Claude. **Descoberta e Coleta dos Dados**. In: O método em sociologia – como é, como faz. São Paulo: Loyola, 2004, p. 23-92.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas organizações não governamentais: tendências e particularidades**. Dissertação: (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil, esfera pública e terceiro setor: a dança dos conceitos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.81, p. 82-101, 2005.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. São Paulo, Lua Nova [online], n. 24, 1991, p. 85-116.

GARRISON, John W. **Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil**. Brasília, DF, 2000.

GROULX, Lionel-Henri. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social**. In: VV. AA. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo: Vozes, 2008, p. 95-126.

GUSMÃO, Rute. **A ideologia da solidariedade**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 62, 2000, p. 93-112.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n.3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IASI, Mauro Luis. **A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada.** In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.19, nº 1, p.25-40, jan/junho. 2009.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo, Nova Cultural, 1992.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico.** In: Revista Katálisis. Florianópolis, v. 10 n. esp. 2007, p. 37-45.

MESA BRASIL SESC. **Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado.** São Paulo, SESC, Departamento Nacional, 2008b.

_____. **Manual do Voluntário.** São Paulo, SESC, Departamento Nacional, 2008c.

_____. **Mesa Brasil SESC São Paulo: 10 anos.** 2.ed. São Paulo, SESC, 2006.

_____. **Plano de Ação: Triênio – 2008/2010.** São Paulo, SESC, 2008a.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural.** In: II Encontro de São Lázaro. Conferência de abertura. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Bahia, UFBA, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 1. ed. São Paulo, Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; vol. 5).

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 5.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social.** Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6. ed., São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n.3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed, São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

_____. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade VI: Pesquisa e produção do conhecimento na área do Serviço Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 667-700.

_____. **Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil**. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). Política social: alternativas ao neoliberalismo. Brasília, UNB, 2004b, p. 61-83.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 50, 1996, p. 87-132.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 1990: lógica e mecanismos de controle. In: **Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. vol. 1, 1997, p. 7-57.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). Política social: alternativas ao neoliberalismo. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, UNB, 2004. p. 135-159.

_____. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo, Cortez, 2008.

RAMOS, Maria Helena Rauta. **A crise atual do capitalismo: crise cíclica ou estrutural?** In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v.19, nº 1, p. 49-66, jan/junho. 2009.

SESC/DF. **História do SESC.** Disponível em:
<<http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={8168325E-BE8D-4973-9280-57E680D0CB36}&u=u>>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

SESC NACIONAL. **Diretrizes Gerais de Ação do SESC.** Rio de Janeiro, SESC, Departamento Nacional, 2003.

_____. **Diretrizes Gerais de ação do SESC.** Rio de Janeiro, SESC, Departamento Nacional, 2010.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

VATICANO. **CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA.** Edição Típica Vaticana. São Paulo, Loyola, 2000.

VIANA, Werneck. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil.** Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos do CEAS.** Salvador, n.164, p. 37-51, 1996.

_____. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n.3, p. 33-40, jan./jun. 2001.